



IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

REMINISCÊNCIAS
DE UM CIDADÃO
COMUM



REMINISCÊNCIAS
DE UM CIDADÃO COMUM



IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Reminiscências
de um
cidadão comum



PAX & SPES

Copyright © Ives Gandra da Silva Martins, 2022

2022

claudioliber@gmail.com

Sumário

Apresentação	9
Reminiscências	11
Decálogo do Advogado	131
Decálogo do Não	134
Decálogo da Convivência	135
Decálogo do Trabalho Ordinário	136
Registro iconográfico	137

APRESENTAÇÃO

*V*enho, há algum tempo, sendo procurado por escritores especializados em biografias, que desejam escrever a minha.

Tenho-me negado, pois entendo que apenas aqueles nomes que fazem história, merecem biografias, que não é o meu caso.

Publico, entretanto, estas reminiscências, em edição particular, para familiares, amigos e alunos, com um único intuito de lembrar-lhes que vivi o que procurei ensinar, nestes mais de 60 anos de magistério, desde os tempos dos vestibulares, ainda estudante.

É que, embora não seja exemplo de nada, lutar a vida inteira para ser um cidadão não inútil, vale a pena e não desistir, mesmo quando tudo sinaliza na direção contrária, é que dá sentido à existência.

Exclusivamente, portanto, para familiares, amigos e alunos, foram escritas estas reminiscências.

Ives Gandra da Silva Martins

Reminiscências

As primeiras lembranças que tenho de meus pais datam da casa que tínhamos no Pa-caembu. Deveria eu ter entre 3 ou 4 anos. Era uma casa moderna para os padrões da época, onde moramos de 1936 a 1940, quando a família de meu pai mudou-se para a Vila Mariana e para uma casa maior com grande quintal, dois aquários construídos de cimento, onde nadavam peixes vermelhos grandes e uma bela área para esportes. Situava-se à Rua Rodrigues Alves, 984. Lá ficamos, meus pais e os quatro filhos, de 1940 a 1958, ano em que nos mudamos, novamente, para uma casa – esta por ele construída – na Avenida Pinheiro Machado. Lá vivi meus primeiros tempos de casado com Ruth.

Papai era um imigrante português. Veio para cá em 1927 e nunca mais saiu do país. Metódico, trabalhador e autodidata abriu seus espaços na vida sozinho, sem apoios maiores.

Sempre tive especial admiração por meu pai, pois, para sustentar sua mãe, começou a trabalhar aos

10 anos de idade, tendo perdido um dedo na tipografia em que exercia suas funções até altas horas da noite. À época – meu pai nasceu em 1898 — não havia direitos trabalhistas, mesmo na Europa e jamais esqueceu aquela dura experiência.

Mais tarde, passou a viver na casa de seus novos empregadores, quando sua mãe teve que ser recolhida a um asilo. Logo conseguiu o reconhecimento deles, por sua disciplina, ordem e disposição em estudar sozinho, nas horas vagas.

Seus primeiros patrões mantinham uma loja em Braga, na Província do Minho, e a casa em que moravam ficava nos fundos da loja.

Acordava muito cedo, dirigia-se ao poço de onde tirava a água para todos os da casa e preparava-lhes o café.

Por ter aprendido o francês, só por leituras, seus patrões pediram que fosse professor de seus filhos, o que lhe propiciou uma grande amizade com todos os da família.

Quando em 2009, eu recebi a Cátedra Lloyd Braga, na Universidade do Minho, os filhos, netos e bisnetos dos Guimarães – era este o nome da família – estiveram presentes à cerimônia, oferecendo-me uma fotografia da loja em 1910, onde meu pai trabalhara. Os filhos ainda se lembravam de meu pai dando-lhes aulas de francês e português.

Na cerimônia para receber o título de catedrático daquela Universidade – título que a instituição outorga, uma vez por ano, a um professor universitário de fora de Portugal, sendo eu o primeiro não europeu e o primeiro da área de Direito, na 9ª oferta da Cátedra na Universidade do Minho – emocionou-me ouvir o reitor, na sua saudação à minha pessoa, dedicar boa parte de seu discurso à luta de meu pai e a figura exemplar que representou para a cidade e para os emigrantes portugueses, que, à época, chegavam, em grande número, ao Brasil.

Meu pai amava e admirava a família, não só pelo carinho que tinha em relação aos filhos, mas pela disciplina, exigência que sempre demonstrou na difícil arte de educar, além do amor que sempre nutriu por minha mãe. Foram casados durante 66 anos, após terem namorado por mais cinco. Quando mamãe morreu, no sepultamento disse poucas palavras, repetindo versos de Virginia Victorino:

*Amor de meu amor, amor tão forte,
que no dia em que sentir a sua morte,
será bendita a hora em que morrer.*

Sua morte, poucos dias antes de completar 102 anos (19 de maio de 2000), decorreu de uma queda: levado, de imediato, para o hospital e aberta sua cabeça duas horas depois da queda, constataram os médicos

que não havia nada que fazer e que, em poucos dias faleceria. Sua hígidez era, todavia, tão grande, que permaneceu 105 dias em coma.

O interessante é que se preparava para lançar, no dia 10 de fevereiro, em noite de autógrafos, o seu livro *Breviário da Meditação*. O acidente ocorreu 6 dias antes do lançamento. Quando li o livro, após a sua morte, impressionou-me a apresentação em que dizia que, desde a morte de minha mãe, seu maior desejo era estar com ela o mais rápido possível, pedindo a Deus, que o levasse para junto dela, todos os dias. A frase, em que descobri sua intenção, dizia ser sua oração diária idêntica à que Ana Maria Bach fazia, depois da morte de Jean Sebastian. Os biógrafos de Bach escreveram que Ana Maria pedia que Deus a levasse para junto do marido.

Só depois da morte de minha esposa Ruth em 26/01/2021, após cinco anos de namoro e 62 anos de casados é que compreendi e senti em toda a extensão o sentimento de meu pai, pois a vontade de estarmos juntos de novo é intensa e quando se acredita em Deus sabe-se que Ele não separaria nos céus aqueles que Ele disse que não deveriam separar-se na terra, quando casados na Santa Igreja Católica Apostólica Romana.

Mamãe era uma mulher que gostava de ler romances. Conheceu meu pai quando, tendo vindo para o Brasil, ele aceitou ser representante de uma empresa

francesa de óleos essenciais e produtos químicos aromáticos utilizados pela indústria de perfumaria, cosméticos e sabonetes. Nasceu em Vila Bonfim, hoje Bonfim Paulista e foi, ainda menina, morar em Ribeirão Preto, onde conheceu meu pai.

Contrabalançava a disciplina e rigidez de papai com muito carinho, não poucas vezes escondendo as estripulias dos 4 filhos para que papai não os castigasse. Era um casal dedicado à família, com muito romantismo entre eles.

Papai escrevia muito. Seu primeiro livro publicado *Sabedoria e Felicidade*, com prefácio de Menotti del Picchia, ocorreu aos 84 anos. Está, pois, no *Guinness Book* brasileiro por ter sido o autor que com mais idade começou sua carreira literária. Até morrer (102 anos) publicou 7 livros, demonstrando uma cultura invejável, como autodidata. Num dos livros, examina a obra completa de Bach (obra musical de Bach) e noutro (Saúde) mostrou como, com uma vida regrada e sadia, pode-se viver até os 100 anos.

Quando comemorou seus 100 anos, em um jantar em sua homenagem organizado por Ney Prado, ao qual estiveram presentes Octávio Frias pai e Ruy Mesquita, declamou a parte do Cardeal Português, da *Ceia dos Cardeais* de Júlio Dantas, de cor e com emoção. Foi aplaudidíssimo, Frias e Ruy não

acreditaram em ver a memória e a forma emotiva de interpretação de meu pai.

Mamãe morreu antes que meu pai. Infelizmente com uma artrite genética não diagnosticada, foi tratada como insuficiência motora. Com problemas artríticos desde os 80 anos, começou a desenvolver o Mal de Alzheimer. Nos últimos anos, ficava todo o tempo numa poltrona ortopédica que movimentava seus músculos e lhe permitia uma massagem permanente, como forma de poder ter um conforto maior. Com cuidados especiais e uma cuidadora permanente, ia da cama para a cadeira e da cadeira para a cama, mal reconhecendo marido e filhos, nada obstante todo o carinho que todos mostravam por ela, sempre a acariciando. Às vezes, lembrava-se de músicas que cantara quando jovem, para a alegria dos quatro filhos, do marido, noras e netos.

Creio que o exemplo familiar em muito me influenciou, nos meus 62 anos de casamento com Ruth e mais 5 de namoro, quando deixou-nos, partindo para a Casa do Pai, após ter sido contaminada pela Covid-19, apesar de todas as cautelas que tomávamos.

É necessário, todavia, voltar à meninice.

Um aspecto é relevante acentuar, para entender meu distanciamento da religião católica apostólica ro-

mana na infância. Minha mãe era católica de missas dominicais, antes de casar-se. Meu pai era teósofo. Acreditava que todas as religiões eram boas, pois levavam a Deus e partia do princípio de que o amor a Deus e para com Ele estar em contato não precisaria de intermediários. Sempre foi homem de oração e nunca frequentou Igrejas. A sua visão pessoal do anseio do homem em conhecer seu Criador terminou influenciando minha mãe, que deixou de ir às missas e passou a acompanhar as convicções de meu pai.

Nos livros que meu pai escreveu, percebe-se quanto era reto em seus pensamentos, puro em sua busca de Deus e autêntico no seu modo de viver as virtudes pessoais, familiares, profissionais e sociais. Assim, respeitava todas as religiões, todos os credos e todos os fiéis de qualquer culto que levava ao Criador.

Lembro-me de um episódio que terminou influenciando toda a minha vida.

Comprou, certa vez, um imóvel de uma conhecida imobiliária e houve a sugestão – não sei se da imobiliária ou do próprio dono – de que fosse a escritura passada por um valor menor, para pagar menos imposto de transmissão. À época, não havia declaração de bens, nem a declaração do imposto de renda era tão complexa, objetivando captar a vida financeira completa do contribuinte.

Meu pai negou-se a mudar o valor da transmissão, pois dizia que seu valor era aquele e sobre aquele valor fazia questão de pagar o tributo. Sendo o irmão mais velho, estava presente à compra, pois meu pai, que me levava a trabalhar desde os 14 anos, queria que eu conhecesse todas as pessoas com quem atuava em seus negócios.

Nunca me esqueci da lição, que me levou, em toda a vida profissional, a honrar a memória de meu pai. Era um homem diferente – esta é também a opinião de meus três irmãos – não nos esquecendo de que teve como companheira alguém que sempre o compreendeu e que lhe deu a dádiva de um casamento feliz e que durou muito tempo.

Os dois são até hoje exemplo para a vida dos 4 filhos e lembrança frequente, sempre que buscamos referenciais à nossa vida.

Retorno, uma vez mais, à meninice.

Como disse, as primeiras lembranças são da casa de esquina – creio que da rua Traipu com a Turiassu. Era uma casa bonita, com quintal, muito embora construída no declive, e para entrar pela rua Traipu havia necessidade de subir uma escada. A entrada lateral levava para a garagem. Meu pai não possuía carro. Aliás, poucas pessoas possuíam entre 1935 e 1940. Tal declive levava até a varanda principal da casa.

Lembro-me de que tínhamos, eu e José Paulo, meu irmão maior que os que viriam depois, mas menor do que eu, dois velocípedes e costumávamos andar no quintal sob a supervisão de meu pai. Tenho também recordações das reuniões que meus pais faziam aos domingos, no quintal e na varanda, deixando as crianças brincarem, no jardim, enquanto os adultos conversavam.

Os quatro filhos do casal viveram lá, três deles nascidos quando meus pais já tinham mudado para o Pacaembu. Eu nasci na Rua Cel. Lisboa, esquina com a Rua do Tanque, hoje República de Israel (12/02/1935).

Lembro-me da inauguração do Estádio do Pacaembu, em 1940. Tenho uma leve recordação de meu pai levando-me pela mão e com uma máquina fotográfica na outra – ganhou concursos de fotografia quando mais jovem – para o centro do gramado, onde as diversas delegações dos clubes locais se instalaram.

Até hoje, não sei como consegui, mas é bem provável que, com a máquina de fotografia, das melhores na época, e com controles menos rígidos, tenha sido considerado jornalista. Se é que não houvera solicitação de algum jornal do interior para que lá estivesse. Nunca lhe perguntei e só depois de seu falecimento é que me ocorreu a ideia. Teria sido muito bom saber como ingressara no centro do campo.

Há um episódio pitoresco que Brasil Vita contou-me sobre aquela inauguração que, à evidência, com cinco anos, não percebi à época.

Em 1937 foi promulgada nova Constituição. Getúlio Vargas encarregou Francisco Campos de redigi-la, suprimindo as eleições para a presidência, em que concorriam Armando Salles de Oliveira e José Américo. A Constituição era tão ditatorial que foi apelidada de “A Polaca”, pois permitia ao próprio presidente revogar decisões da Suprema Corte, sempre que pudessem prejudicar o interesse nacional e a estabilidade do governo, na visão presidencial. A fim de evitar revoltas nos Estados, principalmente em São Paulo, que fizera a Revolução de 32 em prol de uma Constituição Democrática, ou seja, a Constituição de 34, Getúlio proibiu que as cores e as bandeiras dos Estados fossem exibidas nas repartições públicas, deixando São Paulo sob intervenção federal.

Na inauguração do Estádio do Pacaembu, Getúlio apareceu para dela participar. A menor das delegações era a do São Paulo Futebol Clube, refundado em 1935, após ter sido extinto alguns meses antes. Como o próprio nome dizia, era apenas um time de futebol sem campo e com a sede em um escritório, treinando seus jogadores nos campos do Floresta. Foi uma das últimas delegações a entrar no Estádio, exibindo, todavia, as

cores da bandeira paulista (vermelho, preta e branco). O Estádio em peso começou a aplaudir a delegação sem interromper até chegar ao centro do gramado, olhando para Getúlio, o qual, percebendo ser uma reação à proibição de serem exibidas as bandeiras dos Estados, fez, muito sem graça, o seguinte comentário para os jornalistas: “Este é o clube mais querido da cidade”.

A frase passou a ser usada pelos jornalistas. Durante décadas, quando noticiavam o clube, referiam-se “ao mais querido” em confronto com os outros clubes. Getúlio, pelos comentários que ouvi na década de 60, quando presidi o Partido Libertador em São Paulo, nunca se conformou em ter sido criticado de forma tão ostensiva pelo povo de São Paulo, naquela solenidade a que comparecera, como Presidente da República, mas sendo, como era, realmente, o ditador brasileiro.

Outro episódio, também contado por amigos de Agripino Grieco, crítico mordaz da literatura e da política da época – no relato de Dalmo Florence, excepcional poeta brasileiro, lamentavelmente ignorado pela crítica – diz respeito à entrada de Getúlio Vargas na Academia Brasileira de Letras. Publicou uma coleção de 5 volumes intitulada *A Nova Política do Brasil*, o que lhe permitiu ingressar, sem oposição, na ABL.

Agripino não se conformou com a solução política dos acadêmicos e declarou: “A Academia Brasileira

de Letras em festa. Acostumada a ter 40 lugares, Getúlio veio preencher o zero do quarenta”. Era um crítico severo e não perdoava amigos e inimigos.

Com quatro filhos, a casa do Pacaembu tornou-se pequena e papai adquiriu uma outra, em 1940, na Rua Rodrigues Alves, 984. Já a descrevi atrás.

Passamos a frequentar os colégios do bairro. Com sete anos de idade (1942), estudava em um colégio pequeno, Educandário Brasil, quando o Brasil entrou na guerra contra a Alemanha, decisão que Getúlio foi obrigado a tomar, apesar de sua simpatia pelas ditaduras fascista e nazista. Cedeu por pressão dos militares, visto que navios do país foram afundados na costa brasileira, por submarinos alemães.

Houve uma indignação geral na nação que, em sua maioria, decidiu apoiar francamente os aliados e um movimento nacional para adquirir um avião que pudesse patrulhar a costa brasileira com todos os equipamentos necessários para detectar submarinos.

O movimento chegou aos colégios, que começaram a promover coletas para obter recursos para aquisição do avião. Na minha classe, fui o aluno que mais obteve donativos e recebi como prêmio uma caneta tinteiro. Na verdade, as contribuições eram de meu pai. Lembro-me de que, na ocasião, aos sete anos, proferi meu primeiro discurso “oficial” de agradecimento, len-

do uma pequena e patriótica peroração contra as forças do mal. À evidência, eu tivera a colaboração de meu pai, tendo sido aplaudido, mais por não ter me sentido inibido, pois todos perceberam que meu pai é que escrevera o discurso.

Da 2ª. guerra mundial, aos nove anos, lembro-me da invasão da Normandia.

Naquele dia, acordamos com meu pai chamando minha mãe e os quatro filhos para ficarmos no jardim da casa. Havia lá um alto-falante que, às vezes, meu pai ligava, principalmente nas festas de aniversário dos filhos, dele e de mamãe.

Não houve aula no dia e ficamos ouvindo pelo rádio as notícias da invasão da França. As notícias eram poucas, as músicas muitas (hino nacional, hino do expedicionário e outras). Quando ao longo da manhã ouvíamos o noticiário, pelo fuso horário, a invasão já tinha ocorrido há algumas horas.

Muitos vizinhos vieram para a casa de meu pai para acompanhar o grande acontecimento. No fim do dia, soubemos que os aliados tinham conseguido conquistar praias na costa francesa e, às 7 horas da noite, o rádio informou que tinham conseguido invadir a França.

Na época, o Brasil, que declarara guerra à Alemanha em 1942, já tinha enviado tropas para a Itália.

O aspecto interessante que Geraldo Vidigal – meu confrade em diversas academias, grande poeta e jurista – contou-me, é que, nas forças expedicionárias brasileiras havia poucos estudantes universitários, mas todos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, que se rebelara contra Getúlio em 1943. A vingança do ditador foi convocar apenas estudantes da tradicional escola, entre os quais Geraldo Vidigal, que escreveu, como poeta, um livro narrando as batalhas brasileiras na Itália intitulado *Aprendiz de Liberdade*. Geraldo perdeu um ano da Escola e deu início ao Movimento Poético denominado “Geração de 45”, ao qual me filiei mais tarde (1948) com 13 anos. Seu livro *Predestinação*, prefaciado por Mário de Andrade, foi o primeiro do nosso grupo, editado com Geraldo ainda na Itália, pois só voltou ao término da guerra.

A vitória dos aliados foi comemorada com muita alegria em casa. Meu pai apostara uma caixa de whisky com um amigo dele, italiano, em 1940, quando as forças do Eixo invadiram a França, que os aliados ganhariam a guerra. Eram bons amigos, e ele foi o primeiro a levar a caixa de whisky a meu pai. É que em 1940, só mesmo um homem com as convicções de meu pai e a certeza de que o bem triunfaria sobre o mal – era o que dizia – poderia fazer uma aposta dessas, tendo a certeza de que ganharia contra todas as expectativas.

De rigor, se a primeira guerra mundial foi uma guerra de realocação das forças da Europa, a 2ª foi uma guerra travada entre regimes ditatoriais e regimes democráticos. A luta pela liberdade da cidadania prevaleceu como Geraldo Vidigal a chamou, em seu livro *Aprendiz de Liberdade*, que foi a tônica de toda a produção literária da “Geração de 45”. Formas clássicas, ideias modernas e a liberdade absoluta, como a grande conquista da humanidade do século XX, que deu origem à descolonização da África e da Ásia do domínio dos próprios países vencedores.

Quando presidi o Clube da Poesia, em 1995, comemorei os 50 anos da Geração de 45 – que fundara o Clube –, com uma exposição temática de todos os poetas e escritores que marcaram aquele Movimento, entre os quais encontravam-se Cassiano Ricardo, Paulo Bomfim, João Cabral de Mello Neto, Domingos Carvalho da Silva, Péricles Eugênio, Samuel Penido, Geraldo Pinto Rodrigues e outros. A exposição, organizada por meu diretor de comunicação no Clube, Mário Chamie – tendo ao lado sua esposa, a grande artista Emily Chamie –, foi um sucesso. Seu livro comemorativo foi editado pela Fecomercio-SP, numa gentil oferta de seu presidente Abram Szajman. À época, eu já presidia o Conselho Superior de Direito daquela instituição. Organizei, também, uma Antologia pelos 50 anos – Cassia-

no Ricardo foi o primeiro presidente do Clube – com 50 poemas de 50 poetas do Clube, desde a fundação até a data de sua edição.

Volto, todavia, aos anos de 1945, quando terminei o curso primário e prestei exame de ingresso no Colégio Bandeirantes, sendo admitido.

Minhas recordações do Colégio Bandeirantes, que cursei de 1945 a 1952, são das melhores. Era um colégio diferenciado, pois a liberdade dos alunos era total. Embora os recreios feminino e masculino fossem separados, estavam sediados na Rua Stela, em frente ao estabelecimento onde namoricos aconteciam. Ao lado dos de hoje, eram realmente namoros bem comportados, em que um beijo era considerado um avanço só admissível, depois de muito tempo de namoro e de muito conhecimento.

Fui considerado um bom aluno, não tendo tido dificuldades para acompanhar o curso. No terceiro ano do ginásio, fiquei um mês de cama com nefrite aguda e sem frequentar o colégio. Em menos de 15 dias, recuperei o tempo perdido e continuei o curso sem dificuldades.

Jogávamos futebol num campo que ficava no quarteirão seguinte ao do Colégio Bandeirantes. Chamávamos o campo de “caquinho”, pois uma companhia de cerveja, muitas vezes jogava garrafas naquele terreno. Quando fizeram o campo todos os cacos das

garrafas foram aterrados, mas com a chuva e o uso, muitas vezes, apareciam durante o jogo. Eu mesmo me feri no joelho e na perna, quando jogava como goleiro.

Era um jogador “raçudo”, mas não tinha muita classe. Nos tempos do Bandeirantes, joguei em diversas posições, pois nunca era dos primeiros a ser escolhido na formação dos times.

Tínhamos um time amador, que durou pouco. Chamava-se “Continental” e tínhamos até mesmo uniformes. Nele eu era titular e cheguei a marcar gols. A “performance” do time, todavia, era deplorável. Depois de muitas derrotas, na liga amadora, decidimos encerrar as atividades, ficando eu e os principais dirigentes do clube com as camisas brancas com uma lista azul no peito.

No basquete, eu era um pouco melhor. Quando tinha 17 anos, cheguei a jogar na equipe principal do Bandeirantes. Tínhamos dois jogadores excepcionais que foram da seleção paulista (Abrão e Roberto Haddad). Jogar com eles era muito fácil, visto que, à época, as regras de basquete não exigiam que após 24 segundos se arremessasse a bola ao cesto.

Lembro-me de um jogo no campo do Colégio “Ateneu Brasil”, em que a nossa equipe do Bandeirantes ganhou por 27 a 21. O jogo era composto de dois tempos de 20 minutos. Nos últimos cinco minutos, o

placar já era de 27 x 21. Não havia, à época, cestas de 3 pontos. Abrão e Roberto seguraram a bola, passando entre os dois, por 5 minutos e ganhamos a partida.

Sempre tive preocupação com questões culturais, talvez por iniciativa de meu pai que nos fazia – os quatro filhos – ler, diariamente, o trecho de um livro e resumi-lo. Normalmente, era um livro de moral de Marden. Pedia, também, que lêssemos livros de literatura e desde os 10 anos acostumei-me a ler os grandes clássicos.

Meus dois irmãos menores, como se dedicaram ao piano muito cedo, ficaram mais nos livros de moral e nunca se dedicaram, então, à literatura como eu, muito embora, quando já adultos, adquiriram uma bela cultura em letras.

Apesar de um de meus irmãos, José Paulo, não ter estudado piano – tocava muito bem gaita e chegou a ganhar um concurso na Rádio Record, quando estudante – o ambiente era musical. Papai obrigava-nos a ouvir, depois do jantar, uma música clássica – sua coleção de “long-players” era impressionante –, pedindo que descobríssemos o compositor e o título da música. Todos os dias havia um prêmio para quem conseguisse. Por ser o mais velho, fui o que mais ganhou, o que me levou aos 14 ou 15 anos a estudar piano, algo que os meus 2 irmãos menores já faziam desde tenra idade. Nosso professor era o

mesmo (Maestro Giamarusti, um italiano simpático e exigente). Posteriormente, um músico russo substituiu-o (Bercovitz), pois vinha até nossa casa, não havendo necessidade de irmos até a casa do professor. Mais ríspido, exigente e excepcional conhecedor de música, todos os três crescemos muito. À época, já trabalhava com meu pai na representação de uma empresa francesa (Roure, Bertrand & Justin Dupont), pois meu pai queria que eu fosse seu sucessor. Comecei a trabalhar aos 14 anos no escritório de meu pai, que era em casa, tendo rapidamente dominado tudo o que dizia respeito à representação, inclusive a correspondência em francês, de que passei, a partir dos 16 anos, a também a cuidar, como seu auxiliar nas cartas mais simples.

O estudo no Bandeirantes e o trabalho simultâneo levaram-me aos 17 anos a desistir do piano, não sem antes acontecer algo inesperado, inusitado e até hoje inacreditável para mim.

Meu pai promovia, aos sábados, saraus em casa, convidando grandes artistas da música e alguns da literatura. Alguns deles compareciam em casa para ouvir discos recém importados por papai, que o fazia através das Casas Beethoven e Breno Rossi.

Numa dessas noites, apareceu Guiomar Novaes. Papai contou-lhe que os três filhos tocavam. Toquei

para a grande intérprete dois momentos musicais de Schubert (1 e 2) e a Sonata nº 7 de Haydn. João Carlos e José Eduardo, que estavam muito mais avançados do que eu, tocaram peças mais difíceis. Ao final, Guiomar disse a meu pai que o filho cuja performance mais apreciara fora eu. Ninguém acreditou e muito menos eu. O mais divertido é que muitos anos depois Guiomar foi assistir a um concerto de João Carlos, no Carnegie Hall, em Nova Iorque. Quando foi cumprimentá-lo no camarim, encontrou-se com Jay Hoffman que era o empresário de João Carlos e disse-lhe “João Carlos foi maravilhoso, mas Jay, você precisa ouvir o irmão mais velho dele, o Ives”. À esta época, já havia deixado o piano e advogava com bastante intensidade.

No colégio Bandeirantes, o último ano foi bem agitado. Fundei a Associação dos Jovens Artistas “AJA”, que chegou a ter duzentos associados estudantes do colegial. Tínhamos reuniões quinzenais de diretoria e saraus de natureza cultural que terminavam com um baile na casa de uma das associadas (Arlete Abujamra), cujo pai fazia questão de oferecer o baile, suportando todas as despesas.

Desde 1948, compunha versos. Frequentei, inclusive, palestras do 1º Congresso de Poesia presidido por Cassiano Ricardo, em 1948. Cassiano foi o primeiro presidente do Clube de Poesia. Nos primeiros namoros

colegiais, que eram bem respeitosos, eu já escrevia poesias para quem namorava e para amigos meus que não tinham o mesmo dom. Era uma espécie de Cyrano de Bergerac, sem o nariz do personagem de Rostand.

A AJA foi inspirada numa Associação criada por Yves Rudner Schmidt, intitulada “Associação Brasileira de Jovens Compositores” da qual eu também participava com algumas músicas clássicas compostas por mim e que eram executadas no Conservatório Dramático e Musical da Avenida São João. Eram simplesmente horríveis, mas eu me sentia um compositor de música clássica. Às vezes, eu compunha para canto e tinha a companhia de sopranos. Outras vezes, quando eu não podia estar presente, Maria Nadir Martins, uma colega de tempo do Educandário Brasil, tocava minhas composições.

Felizmente, na poesia e na literatura, eu era um pouco melhor do que nas composições musicais.

Cheguei a escrever uma peça em redondilhas maiores, em versos brancos, com unidade de tempo, lugar e ação, nos moldes de Racine, Corneille, embora o modelo fosse do teatro grego ateniense. Era para ser representada pela AJA, em 1952. Intitulava-se *O Caçador Caçado*.

Era uma época agradável de recordar que até hoje me comove, quando me lembro daquele período.

Em 1952, o Colégio Bandeirantes pediu-me para concorrer no Concurso sobre a História de São Paulo, representando a instituição. Tive um grande auxílio de correção de meus escritos por parte de minha professora de Geografia, Nirce Charatin. Por ter interpretado mal as regras do Concurso, não considereei como parte do texto os mapas que incluí, com o que superei o número de páginas proposto para o nível colegial.

Fui desclassificado pela Comissão Julgadora que promovia o concurso para o IV Centenário da Cidade de São Paulo. Surpreendi-me, todavia, quando anunciaram os prêmios e me colocaram no 2º lugar do nível universitário, que permitia um número maior de páginas, sendo que o Colégio Bandeirantes figurou entre os cinco premiados, quatro deles da USP e da PUC- SP.

Gostava tanto de História, que pretendi inclusive prestar vestibular para esse curso e não para Direito, mas fui desaconselhado pelos próprios professores de História, sob o argumento de que o historiador pode tornar-se especialista, independentemente da faculdade que cursar, o que não acontece com o advogado.

Sobre a entrega do prêmio e a minha opção pelo direito falarei mais tarde.

Ao fim do curso do Bandeirantes, meu pai decidiu que eu deveria ir para a França conhecer me-

lhor o ramo em que trabalhava desde 1933, ou seja, o da perfumaria.

Queria que eu o sucedesse e aos dezoito anos já conhecia todos os meandros da profissão de representante, assim como aqueles da perfumaria.

Meu pai entendeu que eu deveria fazer um curso de óleos essenciais em Grasse e de produtos químicos aromáticos em Paris. Desta forma, não prestei vestibular, até porque ainda não tinha decidido se faria para complementar minha cultura, o curso de Direito ou de História. O certo é que tudo estava preparado para suceder meu pai no ramo.

Assim é que, em começos de 1953, fui para a França pelo navio Charles Tellier. O curioso é que por meu nome ter uma partícula (“da”), os funcionários entenderam, no navio, que deveria ser um indício de nobreza semelhante ao “de” dos franceses ou aos “Von” dos alemães, belgas e países de língua germânica. Assim, apesar dos meus dezoito anos e de viajar sozinho — já falava à época razoavelmente o francês — colocaram-me na mesa do capitão, com outros seis passageiros, todos eles exibindo “partícula da nobreza” (De ou Von).

Foi uma viagem prazerosa, em que ganhei o torneio de ping-pong e comecei a conhecer um pouco melhor os hábitos franceses.

Em Paris, fiquei 5 dias, indo em seguida para

Grasse, onde comecei o curso de perfumaria com o Professor Jean Carles. Era um dos criadores do “Tabu” de Dana e de “Ma Griffe” de Carven. Internacionalmente conhecido, tinha naqueles meses como alunos eu, brasileiro, um egípcio, Ahmed, Soeb, um alemão, Lothar Teuffel. Os demais eram seus assistentes na empresa de perfumaria (Roure Bertrand), fundada em 1820. Além das aulas, acompanhava todo o trabalho dos perfumistas dedicados a encontrar fragrâncias para os clientes de todo o mundo.

Como o principal acionista e detentor da empresa (François Amic) considerava meu pai um de seus principais representantes no mundo, era sempre convidado a almoçar ou jantar com ele. Assim é que fui ao Festival de Cannes, em 1953, quando *O Canaceiro* ficou em segundo lugar, perdendo para *Le Salaire de la Peur*. Depois do trabalho, Soeb e eu, que tínhamos *smoking*, descíamos todas as noites, durante duas semanas, de Grasse para Cannes (17 quilômetros) de ônibus e íamos a pé para o Hotel Carlton, onde entrávamos sem dificuldades, pois já tínhamos jantado lá e estávamos vestidos a rigor.

Assim conheci grandes artistas e personagens da época, como Gary Cooper, Olívia de Havilland, Clark Gable, Kirk Douglas, Jean Cocteau, Jean Marais, Errol Flynn, tendo fotografias pessoais com alguns deles.

Num jantar numa boate, com François Amic e sua esposa, fui apresentado ao Rei Farouk, recém deposto do trono egípcio, substituído por Nagib, que pouco depois também foi deposto por Nasser.

A experiência de Grasse foi importante. Os Alpes marítimos são estupendos e a Côte D'Azur, como sofrera pouco com a Segunda Guerra Mundial, estava exuberante na primavera e verão.

Fazíamos constantes excursões nas cidades ao pé do mar, pois a proximidade do Mediterrâneo e o clima ameno ou quente nas duas estações era propício para fins de semana agradáveis.

Na fábrica, além do curso de perfumaria pela manhã, trabalhava à tarde nos escritórios da empresa para conhecer os negócios no mundo inteiro, principalmente redigindo cartas para os clientes da América do Sul, em português para o Brasil, mas em francês para outros países, inclusive para o Oriente Próximo.

No mês de maio, era uma beleza chegar de manhã e ver o pátio com os enormes caminhões que traziam as pétalas de rosas, que eram esmagadas em grandes repositórios cilíndricos. Placas de ferro furadas eram colocadas sobre as flores esmagando-as e obtida por uma torneira no recipiente a essência pura de rosa. O mesmo acontecia neste mês com as flores da laranjeira ou no mês de julho com a lavanda. Trabalhávamos com per-

fume na atmosfera em toda a fábrica. Grasse era considerada a capital dos óleos essenciais para perfumaria, pois lá estavam 28 fábricas de concorrentes, também especializadas em óleos essenciais.

O curso terminou em começos de julho. Soeb e eu resolvemos viajar pela Europa, durante três semanas. Fomos à Itália (Roma, Nápoles, Veneza e Florença), Áustria (Viena), Alemanha (Munique e Stutgard) e Berna e Genebra (Suíça), voltando à França por Lyon.

Em Agosto, comecei o curso de produtos químicos aromáticos em Argenteuil, a poucos quilômetros de Paris, e fiz meu curso de literatura francesa no Liceu Montaigne, no Jardim de Luxemburgo.

Visitei um grande amigo de meu pai em Mont Marsan, na Côte Basque, voltando a Grasse por Marselha e embarcando, em fins de setembro, em navio (Augustus) na cidade de Cannes para o Brasil.

Cheguei em começos de outubro e já me inscrevi no cursinho de um professor meu do Colégio Bandeirantes, João Batista Rios Castelões.

O cursinho mudou o rumo de minha vida.

No primeiro dia em que assisti à aula, e entrei na classe, o professor Castelões, que me conhecia do Bandeirantes há oito anos, anunciou que eu chegara de Paris e que as meninas deveriam tomar cuidado comigo.

Apesar de ter ido sentar na última fileira, todos olharam para mim, inclusive uma moça que estava na 1ª. fila e que comentou com a sua colega de carteira “Que rapaz arrogante! Com um tipo destes jamais namoraria”. Ocorre que, tão logo entrei na classe, foi esta moça que primeiramente olhei e, por incrível que pareça, com um único olhar, apaixonei-me pela menina.

É de se lembrar que vivendo só na França, tive meus namoricos, alguns mais intensos, mas em nenhum deles havia sentido o impacto daquele primeiro olhar. Fui fazer o cursinho de Castelões porque decidira que o complemento universitário para continuar o negócio de meu pai teria que ser Direito. Queria entrar na mais antiga Faculdade de Direito do Brasil, a Academia do Largo de São Francisco.

Durante os meses de outubro, novembro e começos de dezembro, tentei aproximar-me da menina, mas ela sempre se esgueirava. Se estivesse conversando com alguma colega e eu me aproximasse, logo ela se afastava.

Ocorre que, no dia 25 de janeiro de 1954, a cidade de São Paulo comemoraria quatro séculos e aquele concurso em que entrara pelo Colégio Bandeirantes, em 1952, teve seus resultados revelados em dezembro de 1953, com a entrega dos prêmios no Auditório da Rádio Gazeta, em 14 de dezembro,

pelas mãos do grande poeta da Revolução Paulista de 32, Guilherme de Almeida, e pelo mais conhecido locutor da Rádio Tupi, Homero Silva.

Na entrega do Prêmio, contei ao poeta Guilherme de Almeida que compunha versos desde os 13 anos e, ousadamente, perguntei se poderia mostrá-los. Convidou-me para visitá-lo no dia seguinte, em seu escritório à Rua Barão de Itapetininga. Evidentemente, compareci tendo escolhido meus melhores poemas e apresentei-os ao poeta. Ele imediatamente disse-me que gostou deles. É interessante que, mais tarde, como narra Saulo Ramos em seu livro *Código da Vida*, sob a liderança dele e de Paulo Bonfim, formou-se um grupo de poetas, que viajava pelo interior. Embora Saulo dê a impressão, no livro, de que Guilherme também viajava, que eu me lembre já deixara de viajar, naquela altura (1955). Eu participava e costumava fazer tais excursões interioranas.

O grupo, de rigor, reunia-se na Rádio Gazeta, num programa dirigido por Paulo Bonfim e Fernando de Azevedo – creio que denominado “Instante de Poesia” – o qual, todos os dias, ia ao ar às 18 horas.

Volto, todavia, ao primeiro encontro com a menina que tanto me impressionara.

Na visita ao poeta, minha preocupação maior foi criar um relacionamento que me permitisse voltar a seu

escritório. Tive, então, a ideia de referir-me ao vestibular da Faculdade de Direito, em que a obra de Guilherme de Almeida era um ponto importante da disciplina de literatura para o vestibular, e que, portanto, deveria merecer especial atenção.

Pedi-lhe, então, que, se pudesse trazer alguns colegas do cursinho que se interessavam por literatura ao seu escritório, eles ficariam encantados de conhecer e de conversar com quem era tema do vestibular.

Ele concordou e, no dia seguinte, convidei alguns amigos e a principal amiga de Ruth para irmos, depois das aulas, que terminavam às 17 horas, para visitar Guilherme de Almeida. E disse que se ela quisesse convidar Ruth, poderia.

Ela (chamava-se Ada) convidou e fomos da Rua São Bento até a Barão de Itapetininga, os seis ou sete estudantes, conversando. Pela primeira vez, consegui falar com Ruth.

Guilherme tratou-me com tal deferência, que meu prestígio perante os colegas cresceu e Ruth começou a aceitar-me como colega e a conversar comigo.

Combinamos ir à Bienal no dia 20 de dezembro. Fomos Ruth, eu e Maria Antônia, que viria a ser sua madrinha de casamento e que foi sua colega de classe, quando entraram na Faculdade, sobre ter sido colega de cursinho. Casou-se com Fábio Nusdeo e fomos du-

plamente compadres. Ruth e eu, da sua filha Vera e ela e Fábio, de minha filha Regina.

Depois de visitarmos a exposição, levei Ruth para casa, de ônibus, naturalmente, e, pela primeira vez, conversamos a sós e percebemos que tínhamos muito em comum. Meu coração exultava de alegria e me senti feliz e decidido a dizer que eu queria namorá-la, o mais breve possível.

Combinamos, então, novo encontro no dia 24 de dezembro de 1953 na Leitaria Paulista, à Rua Xavier de Toledo, às 15 horas. Ela apareceu com um vestido branco de manga acima do cotovelo, modelo de que nunca me esqueço, quando a vi entrar na lanchonete. Sentou-se, pedimos um frappê de coco, eu declarei que tinha me apaixonado por ela, desde o primeiro dia, e que queria namorá-la, respeitosamente. Para minha alegria, aceitou. Fomos ao cinema. Levei-a, depois, para casa, pois tinha o hábito de assistir à missa do galo, rezando mil Aves Marias até a meia noite.

Não me contive de alegria, ao voltar para casa, e, no dia seguinte, pedi um vidro de perfume a meu pai e enviei-lhe pelo filho da empregada que trabalhava conosco. Era o dia de Natal.

Quando escrevi estas notas, sessenta e cinco anos e alguns dias depois, continuava lembrando-me da emoção deste dia e continuava apaixonado por Ruth,

mãe de meus 6 filhos e que me levou, novamente, a frequentar a Igreja Católica. E, hoje, apesar de ter ido ela para o céu em abril de 2021 continuo apaixonado e sentindo que continua a meu lado, orientando-me e intercedendo por mim e pelos seus junto a Deus Pai.

Um parêntesis para explicar este ponto, que foi fundamental em minha vida.

Como disse, anteriormente, meu pai era teósofo, Com isto, considerava todas as religiões boas e que bastaria apenas rezar em casa – tinha diariamente um horário de oração – mas que não necessitava frequentar qualquer Igreja. Fiz minha primeira comunhão em 07/12/42 e nunca mais frequentei um templo, a não ser para celebração de casamentos.

Quando conheci Ruth, não era católico, senão pelo batismo, estava afastado da Igreja Católica e considerava as teorias de meu pai – um homem excepcionalmente virtuoso – corretas.

Até o fim da vida, meu pai admirava autores como Krishnamurti e Annie Besant e, nos sete livros que escreveu, depois dos 84 anos, sempre elogiou autores que escreveram sobre Deus das mais variadas religiões.

Ruth, por outro lado, era católica. Quando começamos a namorar, eu a acompanhava domingo à missa, mas ficava sentado todo o tempo, pois entendia que os ritos litúrgicos eram desnecessários

para o diálogo com Deus. O certo, todavia, é que, ao contrário de meu pai, não dedicava tempo nenhum a Deus ou qualquer forma de oração.

Gostava de minha mulher, respeitava sua fé em Cristo e a certeza do caminho que escolhera, mas não me sensibilizava seguir seus passos. Ao contrário, tínhamos, seu irmão Rivaldo e eu, discussões acaloradas sobre a religião católica, eu sempre colocando defeitos e contradições na Igreja, e o bom Rivaldo, procurando tirar minhas dúvidas, rebatendo minhas críticas, mas fundamentalmente interessado em que eu voltasse a acreditar na Igreja Católica Apostólica Romana.

A religião sempre foi, no meu namoro, o ponto de divergência, pois Ruth queria, se nos casássemos, que os filhos fossem educados na fé católica. Eu não me opunha, mas ela sentia muita frieza de minha parte. Chegou a comentar com Maria Antônia – em vista das muitas discussões que tínhamos pelas suas infrutíferas tentativas de levar-me, pelo menos, a frequentar a Igreja com atenção – que nosso casamento não daria certo, pois nossos pontos de vista sobre esta questão essencial eram tão divergentes.

Maria Antônia (Toni) sempre a animava, dizendo que com oração e penitência iria conseguir converter-me. Dizia Toni: vocês se amam e este é o ponto essencial no casamento.

De rigor, três meses depois de começarmos a namorar, disse a meu pai que iria casar com Ruth. E a D. Carísia, sua mãe – não cheguei a conhecer meu sogro, que falecera muito antes de começarmos o namoro – que iria casar com sua filha.

À evidência, um rapaz de dezenove anos afirmando que iria casar com uma moça da mesma idade – Ruth era apenas alguns meses mais velha do que eu – provocou uma revolução em minha casa, pois era o filho primogênito.

É bom lembrar que, apesar de ter apenas dezenove anos, já cuidava de todos os negócios de meu pai e o substituía, quando viajava. Lembro-me que, ainda nessa idade, meu pai foi operado do esôfago e ficou um mês no hospital e três meses sem trabalhar. Cuidei de seus negócios, visitando os clientes, tratei da correspondência, participei das reuniões sindicais em nome de meu pai, e viajei ao Rio de Janeiro, repetidas vezes, a trabalho.

Essa atuação minha, por uma experiência adquirida em cinco anos de trabalho, incluindo o ano de estudos na França, preocupou ainda mais meus pais, pois sabiam que, quando tomava uma decisão, raramente eu a mudava, a não ser que convencido por argumentos. Havia, portanto, uma pressão muito grande para que eu mudasse de opinião e até

deixasse de namorar Ruth. Alguns amigos de minha mãe também faziam pressão, visto que tinham filhas em idade casadoura.

O caminho que encontrei foi começar a levar Ruth a minha casa para que a conhecessem melhor, o que se mostrou positivo, pois, com o tempo, minha mãe curvou-se a inexorabilidade de minha decisão e começou a convencer meu pai de que a decisão era boa e que, no mundo complicado, uma moça com as qualidades de Ruth, não era fácil de encontrar.

O argumento definitivo, todavia, foi algo aparentemente trivial. Disse minha mãe ao meu pai: “José, nós só temos quatro filhos homens. Ruth é órfã de pai. Para entrar na Igreja, no dia do casamento, você poderá conduzi-la, sendo a sua oportunidade de levar uma noiva ao altar”. Meu pai concordou e, realmente, no dia 31/07/1958 entrou com Ruth na Igreja Santa Cecília e entregou-a, como uma filha, a mim.

Até o fim da vida, meu pai tratou Ruth como filha.

O certo é que nosso namoro teve momentos de tensão, e eu fui para o altar sem ter-me convencido de que a Igreja Católica era a única religião que tinha como fundador o próprio Deus feito homem, o qual nomeou o apóstolo Pedro para conduzi-la até o fim dos tempos.

De qualquer forma, Ruth não desistiu de seu na-

morado, colega e marido e desde o primeiro dia não cessou de rezar por minha reconversão.

Sobre esse tema falarei mais adiante, porque aconteceu, de rigor, depois do casamento, com o nascimento de minha filha Angela.

Quero lembrar, neste momento, os cinco anos de faculdade. Entramos juntos. Sentia-me orgulhoso, por ter tirado o único dez com louvor em latim, durante o oral, no vestibular, mas fui apenas o 33º colocado, no geral com a nota 7,3. Ruth também entrou com folga, na Universidade; ela estudava pela manhã e eu à noite. Eu trabalhava das 8 às 18 horas, com uma hora de almoço, utilizando o carro de meu pai, um Hudson 1952. O carro era imponente, talvez, fora os cadilacs da época, o maior carro de passeio. Os chamados “rabos de peixe” só surgiriam a partir de 1956.

Deixava o carro em casa às 18 horas, comia alguma coisa, pegava o bonde para estar na Faculdade às 19 horas. Os bondes levavam de 20 a 25 minutos para chegar à Praça João Mendes, de onde, em 3 ou 4 minutos a pé, chegava à Faculdade.

Não tive problemas no curso. Das 26 matérias dos cinco anos, passei em 20 delas sem ter de fazer exame oral, por ter atingido a média acima de 7 nas provas escritas.

Formávamos um grupo considerado de intelec-

tuais. Criamos à época um núcleo acadêmico de jovens escritores e reuníamos-nos, constantemente, com Paulo Bonfim – eterno aluno –, Mário Chamie, Sydney Sanches e Cláudio Lembo – os dois eram de minha turma –, Lygia Fagundes Telles e outros.

A Faculdade de Direito tem uma Academia de Letras com 25 cadeiras, ocupadas por alunos que cursam a Faculdade. Após a formatura, são considerados acadêmicos eméritos ou honorários e cedem suas cadeiras aos novos acadêmicos.

Fui eleito para a Academia em que estavam, à época, Lygia, Mário Chamie, Paulo Bonfim, Dalmo Dallari, Renata Pallotini e um poeta extraordinário chamado Dalmo Florence, a que já me referi e cuja obra continua inédita, apesar de admirado por todos os autores da época. Era ele o único poeta da Faculdade elogiado por Agripino Grieco.

Diziam que a crítica famosa teria ocorrido – o próprio Dalmo é que narrou o fato – por ter convidado Agripino para dar um ciclo de conferências de uma semana, hospedando-o no Hotel Excelsior, um dos melhores de São Paulo na década de 50, quando presidiu a Academia.

Todos sabiam que Agripino era extremamente seguro em seus gastos. Segundo Dalmo, só obteve a crítica favorável, no último dia de sua estada. Após ter pedido a opinião sobre seus versos no segundo dia,

teria ouvido que os versos melhoravam dia a dia, no quinto dia. No sétimo dia, chegando ao hotel, disse: “Mestre Agripino, terei prazer em pagar sua conta” e mostrou-a para o famoso crítico, acrescentando, “mas, antes, gostaria de ter a crítica de meus versos”. Ao que Agripino respondeu: “Você tem papel e lápis?”. Dalmo prontamente lhe apresentou lápis e papel, ouvindo de Agripino o seguinte: “Pode ditar a crítica”.

A nossa boemia era pura e literária. No fim das aulas íamos ao “Visca” – o bar de um italiano que fora ordenança de Gabriel D’Anunzio, na 1ª. Guerra Mundial –, no “Ladies” ou na Rua Bresser, em bar de amigos de Dalmo. Tínhamos feito, inclusive, Dalmo, Adolfo Milani Filho, Herbert Figueiredo e eu uma pequena música, quando entrávamos no bar do “Visca”, lembrando o fato da 1ª. Guerra, em que, numa noite Visca ficou de vigília ao pé da tenda de Gabriel, antes de uma batalha comandada por D’Anunzio. A quadra era a seguinte:

*Foi uma noite de glória,
Como não há por lembrar,
D’Anunzio entrou para a história
E o “Visca” entrou para o bar.*

Quando tinha clientes, Visca não se sentia muito

confortável com o grupo de estudantes cantando a música em sua homenagem.

Durante os cinco anos, comecei a perceber que minha vocação maior era para o Direito e não para a perfumaria. Comuniquei a meu pai que continuaria com ele, mas que iria tentar paralelamente a advocacia. Meu pai nunca se opôs a este projeto pessoal e concordou, mas já decidido a preparar meu 2º irmão para sucedê-lo, se eu fosse bem sucedido na advocacia.

Foi assim que obtive minha carteira de solicitador acadêmico e comecei, já em 1957 (4º ano), a frequentar o fórum em estágios, atuando com William João, Adolfo Milani e Herbert Figueiredo. No 5º ano, organizamos nosso primeiro escritório, sob a direção de uma colega recém formada, que assinava os primeiros trabalhos.

O escritório durou pouco, ou seja, alguns meses, por razões explicáveis: pois os quatro integrantes atuavam também em áreas diferentes da advocacia, restando pouco tempo para advogar. Eu, na perfumaria, Adolfo Milani na companhia Gessy de seu pai, Herbert nos assuntos de seu progenitor e William João, como revendedor de carros usados.

O fechamento do escritório alguns meses depois não diminuiu a minha vontade de advogar, tão logo formado.

Conversei com meu pai informando que, assim que fizesse a inscrição na OAB, trabalharia com ele pela manhã e, de tarde, no escritório de um amigo, que era o advogado do Sindicato de Perfumarias, no qual eu representava a Roure Bertrand, em todas as sessões. Fizemos amizade e ele me convidou já no mês de agosto, para trabalhar com ele e propôs sociedade em janeiro, quando me formei.

Chamava-se José Carlos Graça Wagner. Comecei a sociedade em igualdade de condições em janeiro de 1959 e fomos sócios até 1986, quando nos separamos em bons termos, com a intenção cada um de encaminhar seus filhos da maneira que julgássemos melhor.

Abrimos, em 1987, dois escritórios. Antes, todavia, de chegar a 1986 é necessário contar a trajetória de nosso escritório, cujo primeiro nome foi “EJA – Escritório Jurídico e de Administração” e depois para termos o registro na OAB-SP, “Advocacia”, inicialmente com os nomes dos quatro sócios: João Pessoa de Albuquerque, Murillo Alves Ferraz de Oliveira, José Carlos Graça Wagner e o meu. Posteriormente, com a saída dos dois primeiros em 1964, Advocacia Martins e Wagner e, posteriormente, com a entrada de Henry Tilbery “Advocacia Martins, Wagner e Tilbery”.

Em 1958, houve a mudança do regime de inci-

dência do imposto de consumo, de cumulativo para não cumulativo, levando-nos, Wagner e eu, principalmente, a decidir que o escritório seria fundamentalmente dedicado ao direito tributário. Por isto, estudamos em profundidade a legislação do novo imposto de consumo e tivemos como nossos primeiros clientes empresas vinculadas ao Sindicato de Perfumarias.

Voltando, entretanto, à época da primeira conformação da Advocacia, decidimos os quatro, então fundar algumas Associações de classe para reivindicações, no interesse das categorias, com o que surgiu a Associação Brasileira de Forjaria e Associação Brasileira de Fabricantes de Tubos de Alumínio e Metais (ABF e ABITAM) com reuniões mensais, tendo o escritório por sede.

Tais reuniões para mim sempre foram particularmente úteis, pois além de receber informações claras sobre todos os problemas que as empresas tinham, podia manifestar-me não só sobre o ponto de vista jurídico, mas também sobre minha visão política dos fatos, visto que desde meus estudos na França acompanhava os acontecimentos mundiais. É que vivi na França em 1953, acompanhando a derrota francesa na Indochina, os problemas que começavam a surgir na Argélia, a formação da “Organisation de l’Armée Secrete” que pretendia endurecer o domínio na Argélia, o enfraque-

cimento do regime parlamentar francês e a assunção, nos anos seguintes, de De Gaulle, em 1958, reformulando, em sua volta “gloriosa”, todo o sistema do país e adotando um “parlamentarismo presidencial”, com predominância da presidência da República, que veio décadas depois a influenciar o parlamentarismo português, com perfil semelhante. Já a esta altura, os quatro sócios do escritório envolveram-se em política. Wagner veio a ser eleito secretário geral do diretório estadual da UDN (União Democrática Nacional), Murillo membro do diretório regional, João Pessoa presidente do diretório estadual do PL e eu, que nunca fiz política nem na Faculdade, certo dia fui convidado a almoçar com o vice presidente nacional do Partido Libertador (Senador Mem de Sá) e expus-lhe minha visão sobre o parlamentarismo, regime político que sempre me impressionou, desde sua origem em 1689 na Inglaterra.

Tendo-me ouvido atentamente, ao final do almoço, o Senador Mem de Sá, que viria a ser Ministro da Justiça do Presidente Castelo Branco, perguntou-me se não gostaria de candidatar-me à presidência do Partido Libertador em seu diretório metropolitano de São Paulo contra o presidente à época, Rodrigues Alves. Por ser o PL o único partido ostensivamente parlamentarista dos treze partidos existentes no país, disse-me o Senador que seria a possibilidade de colo-

car minhas ideias à nação. O convite surpreendeu-me de tal forma que apenas lhe disse que, como nunca fizera política, nem estudantil, tinha receio de não responder ao convite. Ao que ele retrucou que teria toda a cobertura dos diretórios estaduais e nacional e o apoio oficial da candidatura contra o presidente atual, em litígio com a direção nacional. Terminei aceitando no próprio almoço, fui eleito algum tempo depois, de maneira que o escritório passou a ter quatro sócios participando da direção de dois partidos em São Paulo (UDN e PL).

Este almoço ocorreu no Clube de Engenharia de São Paulo, à época no antigo Palácio das Indústrias no Viaduto D. Paulina. O interessante é que doze anos depois, no mesmo prédio, mas em seu auditório, o Fundador do *Opus Dei*, São Josemaria Escrivá, teve (em junho de 1974) uma memorável tertúlia com inúmeras pessoas da Obra ou que a frequentavam.

O escritório ia bem, profissionalmente, em face da especialização que assumíramos (Direito Tributário), dos clientes que chegavam, principalmente da área em que atuávamos (perfumaria) e ao fato de os quatro dedicarem-se com eficiência à atividade profissional, pois tínhamos a certeza de que o bom trabalho era o melhor caminho para conquistar clientes.

É neste momento que dois fatos relevantes

aconteceram, em minha vida profissional e familiar, e que passaram a ter consequência para o resto de minha existência.

O primeiro deles foi o nascimento de minha filha Angela, a segunda dos meus seis filhos. O segundo foi conhecer o *Opus Dei*, levado pelo amigo Adriano Fidalgo Dos Reis a um recolhimento, no distante ano de 1962, no Sumaré.

Passo a explicar as razões.

Quando Ângela nasceu ainda não tinha ocorrido a minha conversão e sequer comparecia a todas as missas dominicais. Algumas vezes só levava Ruth de carro e depois ia buscá-la.

No momento em que Ângela nasceu, o meu primeiro pensamento foi de que ela deveria ter as virtudes da mãe e seria muito difícil eu procurar dar exemplo a minha filha, se nem mesmo frequentava a missa, regularmente. Certamente, ela haveria um dia de perguntar por que eu gostaria que ela fosse igual a mãe, mas não seguia eu o seu exemplo, pelo menos, indo às missas dominicais.

Ruth conseguira, na época, que um casal amigo nosso – viríamos a ser duplamente compadres, como já mencionei antes – nos convidasse para uma reunião da equipe de Nossa Senhora, cujo assistente eclesástico era um sacerdote amigo deles. Seu nome era Monsenhor Benedito Ulhôa que viria a ser, um dia,

vice-presidente da CNBB e bispo em uma Diocese de Minas Gerais. Myriam e José Messias, donos da casa, eram advogados e Ruth tinha sido colega de classe de Myriam, na Faculdade de Direito.

Ruth e eu assistimos a reunião e eu, pessoalmente, fiquei muito impressionado, principalmente, após a conversa que tive com Monsenhor Benedito. Ao final da reunião, combinamos que eu iria, no dia seguinte, ao Palácio Episcopal, no Bairro do Paraíso – o arcebispo de São Paulo era Dom Carmelo Mota – onde ele me receberia para conversar sobre minhas dúvidas.

O resultado foi que fiquei das 8 até as 11 horas com ele, terminando minha conversa com uma confissão.

A partir desse dia, decidi aprofundar-me na religião e não mais abandoná-la, para alegria de Ruth. Entramos na equipe de Nossa Senhora, nunca mais faltei à missa e passei a participar das atividades da equipe num período complicado, em que, além do escritório, presidia o PL e minha família já era constituída de dois filhos pequenos (Ives e Ângela).

A minha tendência, sempre que assumia uma responsabilidade, era de concluí-la, algo ensinado por meu pai, desde a meninice. Começamos a participar de uma outra equipe e em breve tornamo-nos o casal responsável por ela. Atuamos Ruth e eu em diversas atividades

(reuniões das equipes, simpósios e congressos, retiros, cursos de noivos, onde sempre dávamos as primeiras aulas). Vim a conhecer o Padre Henri Caffarel, fundador do Movimento, quando veio ao Brasil, em 1962, tendo ficado vivamente impressionado.

Tinha mudado por completo e percebia que Cristo e a Virgem eram o meu grande horizonte.

Ocorria, entretanto, que apenas o meu entusiasmo não preenchia o vácuo de minha ignorância da doutrina católica, falando sobre Cristo mais por intuição e amor ao Mestre, aproveitando uma certa facilidade que sempre tive para falar em público, e não por estar preparado para enfrentar as grandes questões do Cristianismo. Era um entusiasta com o novo mundo que se descortinara, mas completamente ignorante sobre filosofia cristã, teologia etc.

Comprei inúmeros livros de autores clássicos do cristianismo, mas sem nenhum critério.

Era, pois, um católico disposto, mas sem maior formação, nada obstante as reuniões semanais de minha equipe, as leituras sem critérios e o cumprimento rigoroso das obrigações, nunca mais tendo faltado às missas dominicais.

Foi neste quadro de entusiasmo – em que inclusive eu me sentia importante, pois aos 27 anos, presidia um partido político, tinha um escritório que começava a

adquirir prestígio, considerava-me um convertido, com a missão de defender o Evangelho, embora não tivesse percebido que a evolução espiritual teria que gerar uma vida interior mais intensa –, que fui levado por Adriano Fidalgo dos Reis a assistir um recolhimento pregado pelo Padre Xavier de Ayala, no Sumaré.

Na verdade, eu era um homem de intensa vida exterior, mas de medíocre vida interior, se é que realmente eu a tinha. Considerava-me bem casado e um católico, sem receio de dizer-me católico. Parecia estar preenchendo plenamente o que Cristo esperava de mim.

No entanto, minha vida interior era apenas uma vida externa.

O recolhimento impressionou-me. Pela primeira vez, ouvi falar em santificação da vida profissional, da vida familiar, da vida social; que uma hora de estudo era uma hora de oração, se oferecida a Deus e com responsabilidade preenchida; que os leigos não eram atores secundários, ou apenas acólitos dos que tinham seguido a vida religiosa ou secular, mas que desempenhavam papel importante no transformar o mundo, através do trabalho ordinário. E, por fim, que poderíamos ser contemplativos no nosso mundo, fazendo rigorosamente o que os outros faziam, mas como forma de tornar o mundo melhor.

Após dois ou três recolhimentos, quis fazer dire-

ção espiritual com Padre Xavier, que era de uma cultura excepcional. Jurista de escol, participava da Comissão que estava elaborando o Código Canônico, como consequência do II Concílio do Vaticano; ele começou a tratar-me com carinho, mas com firmeza, a fim de que compreendesse que o testemunho cristão tem que estar solidamente alicerçado no conhecimento da doutrina e de uma intensa vida interior.

Padre Xavier era, pois, severo na correção de meus defeitos – muitos deles ainda continuam, apesar de minha luta – assim como claro no que deveria fazer para aprofundar-me na doutrina católica. Dos defeitos, não os comentarei, apesar de muitos. Mas lembro-me, quando São Josemaria Escrivá esteve no Brasil e eu já era há três anos supernumerário da Obra (1974), de uma pergunta que lhe fiz numa tertúlia só para membros da Obra, em São Paulo. Perguntei “Padre, como posso vencer a soberba?”.

Sorriu e, com muito carinho, declarou: “Filho, será enterrada 24 horas depois que você morrer”. E depois, com um olhar paternal esclareceu que todos nós temos que lutar a vida inteira contra a vaidade, a soberba, o amor próprio e o orgulho, que retornam à vida de cada um, muitas vezes, de forma imperceptível. Padre Xavier, de 15 em 15 dias, corrigia-me e orientava-me. Nunca elogiava, por entender que os elogios fazem mal,

no que tinha razão. Quando, todavia, preparei minha segunda tese acadêmica para a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo sobre o impacto das despesas militares nos orçamentos públicos – o livro, quando publicado, foi prefaciado por Roberto Campos — fez questão de lê-la por inteiro, antes de eu defendê-la, dando-me sugestões, nada obstante o enorme trabalho que tinha como autoridade máxima do *Opus Dei* no Brasil.

Até a vinda do fundador da Obra a São Paulo, em 1974, tive direção quinzenal com Padre Xavier.

Quando Ruth ingressou na Obra, em 15 de Agosto de 1968 – eu que a levava a frequentar por sugestão de Padre Xavier –, senti-me na obrigação de pedir-lhe também o meu ingresso, o que ele considerou prematuro.

É que, à época, pretendia mudar os retiros da Obra para que fossem para casais. Como frequentava a equipe de Nossa Senhora e, posteriormente, o Movimento Familiar Cristão, no meu bairro, onde os retiros eram em conjunto, não entendia como fortalecer os vínculos matrimoniais, através de formação espiritual separada.

Muitas vezes, dizia-lhe que a família depende de um casal bem unido e que a Obra, de rigor, com esta separação, não colaborava com a suas famílias.

Como se percebe, não tinha eu ainda aprendido

o que seria vocação do *Opus Dei* com santificação do trabalho ordinário.

Só com o tempo fui percebendo, como as dificuldades de um casal, dos homens e das mulheres, são, em muitos pontos, comuns, mas em outras diferentes, por força da própria natureza do sexo masculino e feminino e que é mais fácil ajudar cada um separadamente a vencer os obstáculos para a aproximação com Deus, do que em conjunto, visto que alguns assuntos não poderiam ser tratados com a crueza com que os problemas se apresentam na vida de cada ser humano.

À evidência, quando descobri que a direção individual, recolhimentos, retiros, mais fortaleciam do que enfraqueciam a vida conjugal, começou o Padre Xavier a achar que eu poderia ter vocação para a Obra e ser admitido.

De 1967 a 1971 solicitei o ingresso, tendo, por fim, em 26/05/1971, sido admitido como supernumerário. Haviam-se passado nove anos, em que muito aprendi, e comecei a compreender melhor os mistérios da vida interior, a doutrina de Cristo, os mistérios da Cruz e diversos aspectos de nossa religião.

Foi então que percebi a pequenez de cada um de nós neste mistério extraordinário que é ter o próprio Deus – nossa religião tem o próprio Deus como fundador – reduzido, desde o nascimento, a servir

e ensinar, aceitando a fantástica e absurda realidade de sua humanidade através do tempo, algo que só é possível compreender a partir de sua ressurreição. Como declarou São Paulo, com a ressurreição, a cruz ganhou seu verdadeiro significado, vivida pelo próprio Deus, como prenúncio do sacrifício de seus mártires, através dos séculos.

Tais fatos, foram marcantes em minha vida e na de minha família, para até hoje alicerçarem, nas missas diárias que assisto há mais de cinquenta anos, e para que eu entendesse o plano de Deus, ainda hoje sendo um aprendiz. Mas na certeza de que, aquele que, como dizia São José Maria Escrivá, cumprir o plano de vida diariamente, aconteça o que acontecer, poderá um dia chegar aos céus.

Os defeitos não são de fácil eliminação. Aos 87 anos, ainda os enfrento, mas com um espírito mais confiante em Deus, a quem tenho dedicado minha vida, com muitas omissões, mas na certeza de que minhas insuficiências serão examinadas, por sempre delas arrepender-me, com sua misericórdia de julgador. Foram esses fatos relevantes que devo a minha mulher – que amei desde o primeiro dia – e que todos em casa também devem. Pois foi ela, com suas orações e fé, que conformou a maneira de ser de nossa família. Não só Ruth e eu, mas os quatro filhos mais velhos ingressaram na

Obra como numerários; a minha filha menor como supernumerária, tendo-se casado com um supernumerário e o 5º filho, embora não seja da Obra, tem especial devoção a São Josemaria Escrivá. É dela cooperador.

Se não fosse a persistência de Ruth, certamente não estaríamos nos caminhos do Senhor, pois posso dizer que minha mulher nunca desistiu de seu marido, mesmo quando ele criticava a religião católica.

Após 67 anos de namoro e agora que ela está junto do Pai, não posso, comovidamente, deixar de lembrar o quanto Ruth deve ter sofrido e suportado a arrogância do namorado, noivo e marido, que, se considerava respeitável a posição de sua companheira, não deixava também de pensar que suas convicções estavam ultrapassadas.

Hoje, todos nós de minha família estamos conscientes de que Deus colocou Ruth no meu caminho para que a nossa família fosse uma família cristã. E lá do céu continua olhando por todos nós.

Vamos voltar, todavia, a minha vida profissional e política.

Antes, quero lembrar dois fatos pitorescos. O primeiro deles foi começar a treinar boxe na Academia Wilson Russo, no fim da Avenida Consolação, com Pedro Galasso, então campeão sulamericano – creio eu – de pesos galos. Como, apesar de com 1,85m. de altura

pesar em torno de sessenta quilos, era o *sparing* ideal para os lutadores do mesmo peso pela envergadura do braço. Treinei com ele e com Heriberto Mascarel, então um dos melhores pesos leves do Paraguai. Nossa amizade permaneceu mesmo depois de eu ter abandonado, em 1962, os treinos. Mudou-se para o Pará, onde montou uma Academia. Certo dia, apareceu no escritório com um presente numa caixa grande. Abri-a e era um jacaré vivo amarrado que trouxera do Pará. Agradei, naturalmente, mas dei a Ellison Gomes, um funcionário nosso, que morava no subúrbio, em uma casa com grande quintal e galinheiro. Colocou, Ellison, o jacaré num cercado. Com o tempo cresceu e começou a comer as galinhas. Ellison foi obrigado a oferecê-lo ao zoológico. Anos depois, Heriberto perguntou-me sobre o jacaré e como Ellison, já não trabalhava mais para mim, dei-lhe a informação que morrera. Neste interim, tinha comprado uma fazenda em Avaré. Ora, Heriberto, um dia, apareceu no escritório, à Praça João Mendes 62, 6º andar, onde estávamos instalados, com outro jacaré de presente!!! Levei-o para a fazenda, onde também causou problemas, apesar de lá termos um açude grande. Certo dia, disse-me, o administrador de minha propriedade que o jacaré desaparecera. Diversas versões foram dadas sobre o desaparecimento, nenhuma delas convincente.

O outro fato é que, após o boxe em 1961, comecei a treinar Karatê em 1962, atingindo em três anos apenas a faixa preta, 1º grau. Meu professor foi o introdutor do estilo “Goju-Ryu” no Brasil e eu guindado à categoria na primeira leva de faixas pretas. Em decorrência fui eleito vice-presidente da Associação Brasileira de Karatê e passei a levar nosso grupo a programas de TV, onde era o único do grupo que quebrava tijolos, telhas e madeiras com as duas mãos, indistintamente, ou seja, 8 telhas emparelhadas, 4 tijolos superpostos e 2 madeiras de 1 polegada juntas. Nas Tvs sempre estas exibições causavam impacto. Ocorre que nos treinos e torneios, eu vivia machucado. Quebrei perna, braço, fiquei cego de um olho por 48 horas, rasguei a mão, o que levou Ruth a pressionar-me para abandonar a prática, o que fiz em 1965. O interessante, todavia, é que em 2015 um grupo de jornalistas japoneses veio ao Brasil para obter informações sobre o início do Karatê no Brasil e eu era o único sobrevivente do grupo. Dei entrevistas, tiraram retratos e disseram que meu retrato seria posto no Museu do Karatê, em Okinawa, onde começou a prática do Karatê na seção de expansão do Karatê no mundo. Deram-me o título de faixa preta 3º grau (Shodan) honorário. Em face desta sobrevivência ganhei também o de doutor *honoris causa*

em Artes Marciais da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos.

Sobre a minha vida política, que durou menos do que um lustro, posso resumi-la, utilizando-me do relato que fiz para a comemoração dos livros dos 80 anos do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Neste resumo, conto como entrei sem querer e saí por querer.

Presidi o PARTIDO LIBERTADOR de São Paulo, Diretório Metropolitano, de 1962 a 1964.

Havia, à época, divergências entre a direção nacional do Partido e o diretório presidido pelo Dr. Rodrigues Alves. Soube da divergência, em almoço com o Senador Mem de Sá – a que já me referi –, a convite de meu sócio, à época, João Pessoa de Albuquerque, presidente do diretório regional do Partido. Neste almoço – eu, que nunca fizera política universitária ou de qualquer outra natureza, como em associações sociais ou estudantis –, expus ao Senador minha preferência pelo sistema parlamentar de Governo, acrisolada desde os bancos acadêmicos, falando sobre os motivos que me levaram à opção por esse sistema.

Para minha surpresa, ele me convidou para sair candidato à presidência do diretório metropolitano contra o então presidente, apoiado pela direção nacional. Aceitei o convite e terminei concorrendo so-

zinho, pois o presidente anterior desistiu de enfrentar a direção nacional.

Eleito em 1962, vivíamos um sistema semi-parlamentar de governo, que não me agradava, o que era irrelevante, mas também não agradava à direção nacional e, principalmente, ao deputado Raul Pilla, presidente nacional do Partido, o que era relevante.

O País estava, então, sob a presidência de Jango. Tinha sido, na época, aprovado o horário eleitoral gratuito. Conseguiu, o presidente da República, através de uma lei ordinária, convocar plebiscito para que o povo decidisse sobre voltar ou não ao presidencialismo. A direção nacional do PL tomou, em face do desafio, a decisão de não defender o parlamentarismo que, de rigor, não era aquele comprovadamente bem sucedido na Europa, mas uma desfigurada forma de duplo comando (1º Ministro e Presidente).

A consequência foi o aconselhamento a todos os diretórios do partido que se abstivessem da defesa do sistema brasileiro, não apoiando, por outro lado, a solução presidencialista.

Eu, pessoalmente, defendi, nos horários gratuitos, a inconstitucionalidade do plebiscito, visto que lei ordinária não poderia mudar sistema de governo, instituído por Emenda à Constituição. Inclusive, não votei, justificando que não o fazia por considerar

inconstitucional a convocação. Causou-me espécie que a Justiça Eleitoral tenha aceitado a justificação, tanto que não aplicou qualquer punição, talvez por não ter examinado o argumento.

Nos últimos dias, fui alertado pelo presidente do TSE, o Desembargador Fernando Euler Bueno, de que, se continuasse a pregar a abstenção e insistisse na inconstitucionalidade da lei, o TRE iria proibir minha manifestação, no horário concedido ao PL.

Tive sempre pelo saudoso desembargador Euler Bueno profunda admiração. Nos contatos que mantivemos naqueles tempos, sempre admirei sua serenidade e elegância no trato com os diversos presidentes de partidos.

Tendo, porém, apenas 27 anos, irritado com o desrespeito à lei suprema, fui ao último programa de TV e comecei dizendo que fora proibido de pregar a abstenção no plebiscito; que fora proibido de sustentar que a lei era inconstitucional e com esta introdução de que “fora proibido”, disse tudo o que queria. Liguei, depois, para o Desembargador, informando-lhe de como agira e que estava à disposição para as sanções que julgasse aplicáveis. Respondeu-me ele: “Ives, você disse que estava proibido de falar sobre certos temas e declarou repetidas vezes, sobre que temas você não poderia falar. Logo, você cumpriu a proibição”.

Que falta fazem homens como Fernando Euler Bueno, neste Brasil de hoje!

Aprovada a volta ao presidencialismo, o País passou a viver momentos conturbados, que narro em romance editado pela MP Editora, intitulado *Um Advogado em Brasília*”.

Tínhamos a eleição municipal pela frente e decidi com meu diretório – quase todos de minha faixa etária entre 25 a 30 anos –, indicar os candidatos para a aprovação pela Assembléia do Partido, mediante exame vestibular, constituindo uma banca examinadora de notáveis professores, presidida por Theodoro Maurer, professor da USP.

Examinamos mais de 150 candidatos para escolher 60. Em uma das questões, pedíamos aos candidatos que, em vinte linhas, indicassem a razão pela qual optara pelo Partido Libertador. Houve respostas curiosíssimas. Um dos candidatos escreveu “por ser a legenda mais respeitada entre as demais” e repetiu nas outras 19 linhas a mesma frase. Outro, disse que, abrindo a lista telefônica, simpatizara com o nome da legenda. O idioma, era, às vezes, bem maltratado. Este último candidato começou a frase dizendo: “Bem! abrindo a lista telefônica...”.

Roberto de Abreu Sodré, que veio a ser governador de São Paulo, disse-me que eu estava preten-

dendo criar uma Academia de Política e não, dirigir um partido político.

O certo é que a boa seleção que fizemos – havendo, como nos concursos de magistratura, perguntas sobre conhecimentos gerais, o passado do candidato e pesquisas sobre sua idoneidade –, permitiu que o PL fosse o partido com maior número de candidatos participando nos horários gratuitos, (em que ainda não havia a atuação de marqueteiros), e com discursos consistentes. Havíamos criado uma outra Comissão destinada a ensinar aos candidatos os princípios do partido, suas diretrizes, sua história lastreada no Partido Liberal fundado no Império, em 1861, assim como o programa para a cidade em que iriam concorrer.

Por fim, presidi um Conselho informal de presidentes dos partidos para enfrentar as emissoras de TV, que queriam colocar-nos em horários pela madrugada. Conseguimos do TRE que os horários fossem definidos pelo Tribunal, ainda aqui com a colaboração do Des. Fernando Euler Bueno.

O resultado foi surpreendente. O PL, quando assumi a presidência, era o décimo terceiro dos treze partidos, em número de votos e edis. Tínhamos apenas um em quarenta e cinco.

Na eleição, conseguimos formar a terceira maior bancada, com três vereadores, perdendo para

a UDN, que fez cinco, e para o PSP, do Governador de São Paulo, Ademar de Barros, que fez seis. Alguns partidos fizeram três vereadores também, mas tivemos mais votos que o PSD e PTB, partidos que apoiavam o presidente Jango.

Quando da minha posse como presidente, Mem de Sá brincou que o PL, em São Paulo, não era um partido político, mas um jardim da infância.

Com os resultados de 1963, recebeu, o diretório metropolitano, todos os elogios da direção nacional, passando a ser um referencial, principalmente para outros Estados em que o partido era mais forte (Rio Grande do Sul). Nesta época, surgiu a sólida amizade que me ligou a Paulo Brossard, então secretário geral do diretório regional do PL naquele Estado. Contatos com Pilla, Mem de Sá, o fantástico e insuperável deputado Brito Velho – o maior orador que tive oportunidade de conhecer na vida –, eram para mim uma escola, tendo eu preciosos momentos de aprendizagem.

Entrementes, a situação do país se deteriorava de tal forma, que culminou com a revolta dos sargentos, em 13 de março de 1964.

Tínhamos tido, antes, a eleição para a presidência da mesa da Câmara Municipal de São Paulo. Alegrou-me termos perdido, mas, dos treze partidos, o PL foi o único cuja bancada votou de acordo com

a orientação do partido (Paulo Soares Cintra, Jayme Rodrigues e João Lemos). Os demais racharam, o que irritou principalmente Sodré, que acompanhou a votação a meu lado.

Os acontecimentos de 13 de março levaram os partidos “anti-Jango” a uma reunião de emergência, em São Paulo. Não sei se houve outras em outros Estados. Foi quando senhoras procuraram-nos para dizer que iriam promover uma passeata da ‘Família com Deus’ e contra a desfiguração do Poder Executivo, que apoiara os sargentos contra os oficiais, sobre ter nomeado para Ministro da Marinha oficial de três estrelas e da reserva, desafiando dois dos principais requisitos das Forças Armadas, que são hierarquia e disciplina.

Demos-lhes apoio PSP, UDN, PL, PRP e o próprio PSD. No dia 19 de Março, pela manhã, reunimo-nos, os presidentes dos diretórios regionais e metropolitanos, na Assembléia Legislativa. Tínhamos a impressão de que a marcha não seria bem sucedida, pela falta de tempo, de organização e pela dificuldade dos partidos políticos de se unirem.

Desconhecíamos a capacidade das mulheres paulistas. À tarde, já na Praça da Sé, eu não acreditava ver aquela multidão.

Era o povo na rua, com as mulheres à frente, sem nenhuma liderança partidária destacando-se, porque o

movimento era autêntico e popular. Basta olhar as fotografias da época, estampadas em todos os jornais.

No dia 31 de março, estava proferindo uma palestra no Elos Clube de São Paulo, na hora do almoço, quando recebemos a notícia de que as tropas do General Mourão, em Minas, que estavam, inicialmente avançando, haviam recuado, quando o 1º Exército, sediado no Rio, começou a deslocar-se para Minas.

Comuniquei aos presentes, fui à sede do partido e convoquei uma reunião do diretório metropolitano, tendo João Pessoa de Albuquerque, presidente do diretório regional, convocado reunião de seu diretório. Fizemos, na sede do Partido, uma reunião conjunta.

Jango cortou as ligações com o Congresso Nacional e não tivemos condições, portanto, de receber orientação da direção nacional, nem de Pilla, nem de Brito Velho, nem de Mem de Sá.

Como a sede do Partido era na Rua Caio Prado, de meia em meia hora, um dos nossos dirigia-se até o jornal *O Estado de S. Paulo* para saber o que estava ocorrendo em Brasília.

Depois de horas de indecisão, o General Kruel, comandante do 2º Exército, decidiu opor-se ao comando do 1º Exército, notícia que me foi dada pelo próprio Júlio Mesquita Filho, e marchar para o Rio.

Percebendo a insustentabilidade de manter-se em

Brasília, de um lado, pela adesão de diversos setores militares ao movimento, apoiados pela reação popular, e de outro, pela fracassada tentativa de instauração de uma república sindicalista no País, com apoio nas tropas (a revolução dos sargentos), o presidente foi para o Rio Grande do Sul de avião para garantir-se na presidência com apoio do 3º Exército na fronteira, mais numeroso que o de São Paulo. Mas, ao sentir que também lá não conseguiria controlar as Forças Armadas – foi fatal o apoio aos sargentos contra os oficiais para as pretensões de Jango –, refugiou-se no Uruguai.

De madrugada, ao sairmos do partido, tendo passado pelo *O Estado de S. Paulo*, fomos todos os dirigentes jantar, tendo definido que a nossa posição a ser levada ao diretório nacional era de que a queda de um presidente regularmente eleito só se justificava pela tentativa de golpe com que pretendeu impor ao país o regime sindical e que o regime de exceção, que se instalava, deveria ser provisório, com convocação de eleições de imediato.

A direção nacional comunicou-nos que também seria essa a sua posição.

E o Presidente Castelo Branco, eleito indiretamente, assegurou que as eleições, programadas para 1965, iriam se realizar, conforme a Constituição de 46 e seriam antecedidas daquela dos prefeitos.

Saíram dois candidatos à presidência. Pelo PL, fomos os primeiros a lançar Calos Lacerda, antes da UDN, e, pela Coligação PTB-PSD, Juscelino Kubitschek. A candidatura de Carlos Lacerda foi aprovada em São Paulo, na convenção nacional do PL.

Já a esta altura, em fim de mandato, escolhi para meu sucessor nosso vereador mais votado, Paulo Soares Cintra, que aceitou, tendo coordenado a adesão do PL à candidatura de Laudo Natel à prefeitura de São Paulo, por sugestão minha e de João Pessoa.

Continuei militando no partido e preparando a transição, em São Paulo, para a união com a UDN, de iniciativa da direção nacional, desde que se colocasse no programa desse partido o ideal parlamentarista.

Os acontecimentos, após a eleição no Rio de Janeiro, em que o candidato do governo foi derrotado (creio que era Flexa Ribeiro) precipitou a edição do Ato Institucional n. 2/65, que dissolveu todos os partidos e criou duas legendas, ou melhor, dois conglomerados de políticos (Arena e MDB). Nessa oportunidade, escrevi uma carta ao Senador Mem de Sá, que, segundo me lembro, era então, Ministro da Justiça, dizendo-lhe que, com a extinção do PL, decidira nunca mais fazer política na vida – o que tenho cumprido, rigorosamente, até hoje. É que o fechamento de um partido programático como o PL, que defendia

a “responsabilidade dos governos a prazo incerto” (irresponsáveis, nos governos parlamentares, não recebem voto de confiança do Parlamento e caem sem traumas institucionais) e não a “irresponsabilidade a prazo certo” (eleito um presidente irresponsável, os únicos caminhos para afastá-lo são o *impeachment* ou um golpe de Estado, como ocorrera com Jango), tirara-me toda a ilusão de que, através da política partidária, eu poderia fazer algo pelo meu País. Assim, comuniquei-lhe que decidira ser apenas advogado e professor e, nesta condição, exercer a cidadania. É o que tenho feito em livros, palestras e artigos, desde então.

Nunca me arrependi da decisão.

Em relação à vida profissional, a escolha, como disse, do direito tributário auxiliou no deslanche de minha carreira, sendo o nosso escritório rapidamente conhecido, principalmente após a formação de numerosas associações de classe realizadas no escritório.

Chegamos, inclusive, a sediar o escritório de representação da Paraíba, durante o governo de João Agripino, em São Paulo.

Após dez anos de advocacia e tendo-se os sócios João Pessoa e Murillo retirado da sociedade para ingressarem em outras atividades (João, na Educação e Murillo em escritório de consultoria de investimentos),

Wagner e eu enfrentamos um sério problema profissional em decorrência de ficarmos no “olho do furacão” de uma luta política para indicação a Governador de São Paulo – à época o presidente indicava o governador – entre dois dos Ministros do Presidente Costa e Silva, ou seja, o Ministro da Fazenda, Delfim Netto e o da Justiça, Gama e Silva.

Gama tinha sido advogado, durante toda sua vida, da empresa Sudam de Cigarros, função que exerceu, inclusive, durante o tempo em que era catedrático de direito internacional privado da Faculdade de Direito da USP. Só deixou a função quando nomeado Ministro da Justiça pelo governo militar.

Outro professor catedrático da USP, também advogava para a Sudam, ou seja, Canuto Mendes de Almeida.

Ocorre que, por um erro técnico de tributação, reconhecido pelo próprio governo, o IPI cobrado sobre os cigarros que, à época, correspondia a três vezes o valor do produto, era menor para os cigarros populares e maior para os cigarros de luxo fabricados pelas produtoras internacionais.

A diferença, todavia, era no valor nominal da moeda que, à época, era corroída por uma inflação permanente de dois dígitos. Ora, em 1968 e 69, os cigarros populares passaram a pagar o mesmo imposto

que os de luxo, levando as empresas brasileiras a um estado pré-falimentar.

À época, discutia-se a tese – que só recentemente, em relação ao PIS-Cofins, foi adotada pelo STF – de que o valor da operação deveria corresponder ao valor da mercadoria sobre a qual deveria incidir o imposto sobre produtos industrializados, não podendo o IPI incidir sobre o tributo a ser pago ao Estado, ou seja, o ICM.

É que, se o contribuinte do IPI o pagasse sobre o valor cheio da mercadoria comercializada, estaria automaticamente incidindo sobre o produto industrializado e sobre o imposto estadual, que não é “produto industrializado”, mas obrigação tributária a ser recolhida aos Estados.

Para tentarem salvar-se da falência – infelizmente, não resistiram todas as fábricas nacionais ao erro de tributação e à insistência do governo de cobrar imposto sobre imposto, considerando o ICM “produto industrializado” (!!!) – as empresas procuraram discutir judicialmente a dupla e aética tributação, apropriando-se, de imediato, da parcela do IPI, para tentar solucionar o reconhecido erro governamental de não reindexação das tabelas.

Sobre a Sudam, empresa que fora assistida pelo Ministro Gama e Silva e substituída em sua advocacia

tributária contenciosa por nosso escritório, o Ministro Delfim Netto – hoje bom amigo meu – mandou prender seus diretores, editando decreto-lei de que haveria apropriação indébita, no não recolhimento do IPI, com base na qual autorizou as detenções. A prisão durou 48 horas, pois conseguimos a liberação dos cinco diretores, de uma sexta-feira para o domingo, liberdade esta confirmada na 2ª. instância (Tribunal Federal de Recursos por 6 x 3) e, em 1971, no Supremo Tribunal Federal, por 5 votos a 3.

O Ministro Delfim Netto, todavia, no dia 12/02/1969 – dia de meu aniversário – pediu o confisco dos bens dos advogados da Sudam (meus e de meu sócio Wagner) e abertura de um inquérito policial militar, que era o procedimento mais temido à época, pois os presos eram recolhidos ao DOI-CODI e muitos deles foram torturados, desapareceram ou morreram como ocorreu com Wladimir Herzog.

O argumento utilizado por Delfim era de que, se a Receita Federal considerava apropriação indébita o procedimento da empresa, os honorários pagos aos advogados e declarados ao imposto sobre a renda, só poderiam derivar desta apropriação, com o que eram, os advogados, coniventes com a empresa.

Fui, tão logo todos os jornais do país noticiaram em manchetes de 1ª. página que as medi-

das tinham sido tomadas, imediatamente ao Rio de Janeiro falar com o Procurador Geral da Fazenda Nacional, Jayme Alípio de Barros e com o Ministro Gama e Silva, que fora meu professor na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

Jayme declarou que não fora consultado por Delfim e que, se fosse, desaconselharia a medida. Gama e Silva estava viajando, mas o chefe de seu gabinete – seu primeiro nome era Juvenal— entrou em contato com ele, que prometeu fazer uma declaração, o que efetivamente aconteceu no dia seguinte, dizendo que não considerava possível comparar honorários declarados, com o produto de crime e que examinaria a questão tão logo o processo chegasse ao Ministério. É que o Ministério da Justiça era o responsável pelo início dos IPMs.

Com efeito, quando a solicitação de Delfim chegou à Justiça, Gama mandou arquivar o processo, não tendo Wagner e eu jamais sido citados para comparecer sequer a uma audiência sobre a matéria.

Tive, na ocasião, alguns contatos com o Ministro Gama e Silva, que me dizia sempre que Delfim não queria atingir a mim, mas a ele, para inviabilizar eventual indicação sua para o Governo de São Paulo. Nem um, nem outro jamais foram governadores, pois tendo Costa e Silva sofrido um AVC, foi substituído no governo

por Garrastazu Médici e o indicado para o governo foi um amigo dos militares: Paulo Egídio Martins.

O certo é que, num regime que, à época, enfrentava uma guerrilha (69-71), o fato de estarmos aparentemente contrários ao governo, prejudicou o escritório por alguns anos.

Ocorreu, entretanto, que não estávamos, de rigor, em choque com o governo, mas apenas com o Ministro Delfim Netto, cujo prestígio era imenso, enquanto Costa e Silva governou.

Tinha eu, todavia, amizade com o Comandante do 1º Exército brasileiro, General de Exército, Siseno Sarmiento. Reuníamos-nos, constantemente, na casa do 1º Procurador da República, Fábio Bonifácio Olinda de Andrada, em São Paulo.

Quando o Presidente Costa e Silva teve o AVC, uma junta militar dirigida pelos três Ministros da Aeronáutica, Marinha e Exército passou a governar o país. Quando houve necessidade de substituição do presidente Costa e Silva, que veio a falecer mais tarde, em decorrência desse problema de saúde, houve um evento dramático, ou seja, o sequestro do embaixador alemão, tendo os guerrilheiros exigido para libertá-lo que outros 70 guerrilheiros presos fossem soltos.

Estando os três chefes militares com dificuldades para governar o país, colocou-se em mãos do General

Siseno Sarmiento encontrar o melhor caminho, em face das reações do Ministro da Aeronáutica e da Marinha em atender a exigência dos guerrilheiros.

Fábio Andrada foi chamado ao Rio para conversar com o General Siseno Sarmiento, pedindo-me que eu o acompanhasse.

O meio político e jornalístico colocou-se à porta do salão do Hotel Copacabana, que Siseno Sarmiento escolhera para o jantar. Discutíamos na ocasião, se valia ou não a pena endurecer ainda mais o regime, não cedendo às exigências dos guerrilheiros para soltar o embaixador e estabelecendo uma nova e mais rígida ordem constitucional.

Como Fábio pediu-me que me manifestasse, expus minha opinião de que um endurecimento maior – tese de Fábio – com um novo texto constitucional que teríamos que redigir, não modificaria o quadro difícil em que o país estava, sendo preferível poupar a vida do embaixador e partir para a escolha mais rápida de um presidente que eliminaria a provisoriedade da Junta Militar.

Siseno foi favorável à tese, tendo Fábio se curvado à realidade.

A negociação implicou a soltura dos setenta guerrilheiros, entre os quais José Dirceu que, mais tarde, por termos participado de inúmeros programas de TV jun-

tos, tornou-se meu amigo, nada obstante a profunda divergência de pontos de vista que mostrávamos nos programas televisionados, divergências sempre expostas com muito respeito mútuo.

Siseno Sarmento, com habilidade controlou, uma reação na Vila Militar – o 1º Exército era o maior exército brasileiro com uma divisão blindada à época –, conseguindo também convencer a Marinha a soltar os setenta prisioneiros, que estavam sob a sua guarda, e a Aeronáutica a ceder os aviões para transportá-los para fora do país.

Restou, então, a forma de escolha do presidente. Caberia ao Alto Comando do Exército a decisão. O exército era composto de quatro exércitos, sendo que o do Rio tinha oito divisões, o de São Paulo duas, o do Rio Grande do Sul 6 e o do Amazonas creio que seis também, não podendo, entretanto, assegurar. Siseno, que se transformou no grande avalista da estabilidade institucional, à época, decidiu concorrer. Tivemos um jantar com Fábio, no Rio, novamente no Hotel Copacabana. Disse-me ele que Médici sugerira que os nomes fossem levados ao Alto Comando para escolha. Expus minha opinião de que como o General Médici tinha sido chefe do Serviço de Informação e Comandante do 3º Exército, se fosse decidido apenas pelos quatro Exércitos com votação separada em cada Exército, di-

facilmente ele ganharia. Siseno mostrou tranquilidade. Entendia que haveria um reconhecimento do papel que desempenhara no caso do sequestro do Embaixador alemão pois, de rigor, controlara o descontentamento da Vila Militar, da Aeronáutica e da Marinha, sobre comandar o maior exército brasileiro.

O certo é que Médici obteve o apoio dos irmãos Geisel, nomeando o General Orlando para o Ministério da Guerra, com o compromisso de indicar Ernesto para substituí-lo na Presidência, nas eleições seguintes. Manteve-se o 1º Exército com Siseno, mas foi insuficiente tal apoio.

Quando foi feita a indicação para presidente de Garrastazu Médici, Fábio convidou-me para ir ao Rio jantar com Siseno Sarmento, a fim de solidarizarmos com o amigo.

Lembro-me que, nesse jantar – só os três –, Siseno declarou que esperava ser indicado Ministro da Guerra, pois na tarde da indicação, Médici o visitara no 1º Exército (prédio do então Ministério da Guerra, no Rio) para agradecer-lhe tudo o que fizera para superar a crise criada com a doença de Costa e Silva, sequestro do embaixador e a reação das três armas.

A esta altura, eu já sabia que ele não seria o Ministro da Guerra, pois poucas horas antes, Paulo Egídio contara-me do acordo dos irmãos Geisel com Médici e

que o Ministro seria Orlando Geisel. Não quis, todavia, contar-lhe o que sabia, pois a intenção do jantar era prestar-lhe solidariedade e a notícia, que veio a saber no dia seguinte, só iria empanar o agradável ambiente que estávamos vivendo. O jantar foi no próprio quarto do Hotel em que se hospedara Fábio. (Fábio Bonifácio Olinda de Andrada era descendente dos três Andradas do 1º Império e filho do ex-governador de Minas Gerais, Antonio Carlos).

Tais fatos, eu os conto apenas para dizer que, de rigor, nada obstante o fato deletério de que as notícias do pedido de confisco de meus bens e da abertura do IPM – que prejudicou o escritório, em nível de clientela –, não surtiu os mesmos efeitos em relação a outras esferas do poder, como acabo de descrever.

Quero lembrar, finalmente, que na década de 60, presidi em São Paulo o Elos Clube, que congregava portugueses e brasileiros de prestígio. Sucedi a Manoel Chambers, então presidente do Moinho Santista. Representando o clube estive no 1º Congresso das Comunidades em Lisboa, presidido por Adriano Moreira. Por uma série de circunstâncias, terminei sendo o orador oficial na criação da União das Comunidades Portuguesas no mundo, no Castelo de Guimarães, em dezembro de 1964.

Preparei o discurso, quando escolhido ainda em

Lisboa, numa 6^a. feira, recordando fatos da história de Portugal. Fomos para Guimarães no sábado. Éramos dois os oradores, o Arcebispo Primaz de Braga, representando Portugal e eu, representando os trinta e dois países participantes. Estavam presentes à solenidade, Adriano Moreira, ex-Ministro de Ultramar, e presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa e Correia de Oliveira, vice-presidente do Conselho de Ministros, representando o Dr. Salazar, presidente do Conselho. O Arcebispo, no seu discurso resolveu contar a história de Portugal, através dos vitrais dos Jerônimos e à medida que falava meu discurso ia desaparecendo, pois não tinha como contar a mesma história depois dele. Terminada sua fala, eu não tinha mais o que dizer e, enquanto subia ao estrado montado no Pátio do Colégio, decidi não ler o que escrevera e comecei meu discurso dizendo que “filho de um filho do Minho” – papai era de Braga e, portanto, do Minho, província onde estava Guimarães e que deu início à independência de Portugal, na Batalha de São Mamede –, iria falar sobre o vitral em branco a ser pintado nos Jerônimos que seria o futuro das comunidades portuguesas. O certo é que ao final fui carregado, o Dr. Salazar ouviu meu discurso em Lisboa e quis conhecer-me e terminei Conselheiro da União das Comunidades de Cultura Portuguesa para toda a América Latina.

Estive, com Silva Ribeiro, então Vereador em São Paulo e líder do Prefeito Prestes Maia, em torno de quarenta minutos com Salazar que me impressionou vivamente pela agudeza de seu olhar, pela simplicidade de seu trato e vestimentas, não me parecendo, nos comentários feitos e na oitiva das minhas opiniões ser o ditador tão criticado.

Contou-nos que, quando negociou com Truman a base dos Açores para os americanos, e o presidente daquele país lhe disse que com o Plano Marshall iria recuperar a Europa e estabelecer o “american way of life” para os europeus, ter-lhe-ia dito que o plano recuperaria a Europa, mas os europeus nunca reconheceriam o auxílio e nem a maneira de ser dos americanos seria adotada pelos europeus. E concluiu “Professor, veja quem tinha razão Truman ou eu”.

Fato interessante no Congresso foi o ocorrido com a cantora Amália Rodrigues. Fiz, no Congresso, amizade com o artista português Antônio Villar, que estrelara os filmes “Camões” e “Inês de Castro”. Amália, naquele mês voltara a Portugal. Estávamos Silva Ribeiro, Mário Gallo, diretor da Beneficência Portuguesa em São Paulo, Antônio Villar e eu numa Casa de Fados, quando Villar pediu-me para compor um soneto para que ele fosse saudar Amália no Teatro Coliseu, ao final da apresentação. Compus o soneto, no momento, e

Villar deixou-nos. Quase à meia noite chegou de novo à Casa de Fados, onde estávamos só nós três com Amália, que veio agradecer-me e cantou para nós dois fados, um deles intitulado “Meus irmãos brasileiros”. Deu-me o disco com dedicatória. Foi um momento especial. Com as mudanças de casas, perdi o disco e o soneto escrito para Amália ficou com Antônio Villar.

Neste período, o apoio da Obra foi fundamental. Mantivemos, eu e meu sócio Wagner – que eu levava para a Obra, mas que nela ingressou antes do que eu, no mesmo ano em que minha mulher também ingressara (1968) –, muita calma durante o período, cabendo a mim o papel de falar com as autoridades e participar de atuação junto ao Judiciário e Executivo e a ele mais a administração interna e dos clientes. Além de Wagner, levava também a frequentarem e ingressarem na Obra – antes do que eu –, Alberto Sugai e Walter Schiliter.

A santificação do trabalho ordinário, que constitui o carisma do *Opus Dei*, após a filiação divina, serviu-nos de norte, pois tínhamos a convicção de que estávamos defendendo a causa certa para clientes em dificuldades, infelizmente levados, no tempo, à falência, segundo reconhecimento oficial, por um erro técnico de tributação.

Os encontros quinzenais com o Padre Xavier Ayala, na direção espiritual, os retiros anuais que

fazia desde 1964, como cooperador, auxiliaram-me muito e abriram o caminho para que percebesse que minha vocação estava na Obra, e não em quaisquer outros movimentos da Igreja – todos eram bons – inclusive, as equipes de Nossa Senhora ou o Movimento Familiar Cristão.

No tempo, percebi que minha permanente discussão com o Padre Xavier, entendendo que o casal não poderia separar-se em sua vida espiritual e que os retiros deveriam ser em conjunto, como nas equipes de Nossa Senhora, não condizia com o carisma da Obra e com as pessoas para ela vocacionadas, pois, por mais que se amassem, marido e mulher são personalidades diferentes e crescem, no seu amor a Deus, no modo próprio pertinente a cada um.

Por fim, quando Ruth engravidou de nossa sexta filha, Regina, voltei a pedir com maior insistência o meu ingresso na Obra, o que foi autorizado em fevereiro, tendo, oficialmente, pedido admissão em 26/05 de 1971, quando Ruth ingressava no quinto mês de gravidez.

A partir da entrada na Obra, minha vida mudou completamente. Antes, dava valor à profissão e à família, mas, de rigor, como projeto pessoal.

No momento em que descobri o caminho da Obra, tudo mudou de perspectiva. Pela primeira vez

comecei a perceber, após ter escrito a carta pedindo a incorporação, que a vida só teria sentido, se a serviço dos outros por amor a Deus. Que a família, o trabalho, as relações sociais são instrumentos de santificação que Deus coloca na vida de cada um de nós para servi-Lo e tornar o mundo melhor. O círculo que tinha mensalmente em minha casa, como cooperador, ganhara agora uma dimensão para mim diferente, pois a santificação do trabalho ordinário implicava necessariamente o apostolado. O proselitismo para transmitir a doutrina, auxiliando os outros em sua função e no encontrar sentido em seu trabalho, evangelizar e, principalmente, dar exemplo, foram os objetivos de pronto assumidos. No ponto 600 de Caminho, que li e reli inúmeras vezes, estava a ideia simples de São Josemaria: “Frei Exemplo é o melhor pregador”. Nada impressiona mais do que o exemplo, apesar de todos nós sabermos que temos defeitos e, diariamente, nos exames de consciência, encontramos falhas e pecados, mais ou menos graves, que cometemos, durante o dia.

A luta, para mim, todavia, ganhou esta dimensão, pois compreendi a importância da filiação divina. Como filhos de Deus, estamos aqui para servi-Lo.

A família já estava constituída por seis filhos. Vendi o apartamento que tinha em São Vicente para as férias, pois já não conseguia controlá-los na praia,

nas amizades e nos programas, e adquiri uma propriedade rural em Avaré – de rigor, em Botucatu – onde a partir de 1969, começou Ruth, com os filhos e amigos deles, a passar as férias de janeiro-fevereiro e de julho. Ruth administrava, às vezes, quase vinte crianças que acompanhavam nossos filhos, mas, na fazenda, era fácil controlá-los, o que não acontecia na praia. Além disso, o contato com a natureza era mais saudável, com as crianças aprendendo a tirar leite das vacas, a andar a cavalo, a conduzir o gado para o retiro a cavalo, no fim do dia, além do que, sempre, nas férias, terminávamos, Ruth e eu, na varanda de nossa casa, comendo milho ou tomando um aperitivo, enquanto a meninada jogava futebol, no campo improvisado ao lado, com os filhos dos empregados. A própria piscina de plástico, apesar de rudimentar, era a delícia das crianças.

Creio que meu melhor investimento na vida foi aquela fazenda na educação dos filhos, pois não houve desvios com amizades duvidosas. Lembro-me que, quando lá estava, nos fins de semana (sexta, sábado e domingo), pois tinha que trabalhar em São Paulo, exigia deles uma hora de estudo e uma leitura moral com resumo, o que todas as crianças faziam.

No início, não tínhamos luz e sim um gerador a gasolina, que durava três horas. Às 10:30 todas as luzes da casa de madeira eram apagadas e tínhamos apenas

três lampiões para iluminar o corredor e a sala, para quem quisesse ficar lendo, e um de reserva.

Cada quarto – eram cinco – tinha uma lanterna para quem quisesse ir ao banheiro à noite, além de velas em profusão.

Telefone não havia. Os celulares não existiam ainda. Para comunicar-se, tinha que se deslocar até Avaré (35 kms. da sede) ou na fazenda vizinha, São José do Palmital, dos descendentes de Francisco Mesquita, do *Estadão*. O telefone, todavia, da Fazenda deles, nem sempre funcionava, de maneira que o mais seguro era ir até a cidade e ligar da Telefônica.

Só passei a Fazenda aos meus quatro filhos numerários do Opus Dei, em 2001, que pediram para entregá-la à Obra, com a concordância dos outros filhos, que não se opuseram. A venda futura da Fazenda foi útil para muitas obras corporativas.

Neste ponto, é admirável a reação dos seis filhos, que, em 2001, já não iam mais à Fazenda. Os quatro, que eram numerários da Prelazia, naturalmente, ficaram satisfeitos com a doação. Os outros dois, todavia, já casados, apoiaram a doação, assim como minha nora e meu genro, pois entendiam que, sendo explorada ou vendida, o resultado financeiro deveria beneficiar muitas boas obras. Como minha filha e meu genro são supernumerários, é de se compreender que tenham ficado

satisfeitos com a doação. O que nos surpreendeu, foram Rogério e Cláudia. Rogério é cooperador, não pertencendo, pois, à Obra. E, à época, Cláudia estava afastada de qualquer contato com a Igreja Católica, não indo nem mesmo às missas. Os dois, todavia, concordaram com a doação, para mim, tendo o seu gesto de concordância um valor maior do que o de meus filhos e genro, que pertencem à Obra. A generosidade dos dois de apoiar a decisão minha e de Ruth, na ocasião, nos comoveu, razão pela qual não perco a esperança de que um dia participem da Obra, integrando a Prelazia.

Pessoalmente, a vida, na década de 70, teve muitos imprevistos. A defesa do “caso Sudam”, que manteve meu sócio e eu, em delicada situação profissional durante muitos anos – os anos de 69 a 71, em face da guerrilha, foram os anos mais duros da repressão –, pois um escritório que mantinha divergências jurídicas com o governo, era o que os clientes menos queriam. Foi nesta época que decidi incrementar minha vida acadêmica, que vinha, timidamente, exercendo em palestras e cursos de extensão.

Em 1972, Padre Xavier reuniu-se com Emérico, Jorge Cintra, Walter Borzani e comigo pedindo que criássemos um Centro de Estudos, que poderia começar na Residência do Sumaré, onde tínhamos um auditório para 140 lugares.

Acatamos o empreendimento. Jorge, de imediato, organizou um curso de liderança empresarial com a participação de muitos empresários, em fins de 1972. Borzani, em 1973, proferiu um Ciclo de palestras, que denominou de “A formação do pesquisador”. Os dois eram professores da Politécnica e Borzani tinha sido diretor do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). Organizei, então, o primeiro curso de direito do Centro, a que denominamos na época de “Centro de Estudos de Extensão Universitária”. O curso era intitulado “Atualização em Direito Tributário” e realizado em catorze aulas. Fui seu coordenador, mas responsável apenas pela primeira aula, tendo distribuído as outras treze por treze dos mais conceituados tributaristas da época, em São Paulo das três principais Faculdades de Direito (USP, PUC e Mackenzie). O curso foi um sucesso. Tive como assistentes minhas colegas de escritório, Fátima Fernandes Rodrigues de Souza e Marilene Talarico Martins Rodrigues – que viriam a se tornar sócias do escritório em 1987.

Já nessa época começava a trabalhar conosco uma figura de discrição e eficiência, que considero ter sido a espinha dorsal de todos os primeiros cursos da instituição, ou seja, o mestre pela Universidade Mackenzie, em Educação, Luís Roberto de Barros. Sua dissertação de

mestrado foi sobre os métodos que usávamos no Centro de Extensão Universitária.

O sucesso do primeiro curso levou-me a organizar, em 1974, o 2º Curso de Direito Tributário, ou seja, em dez aulas, examinar “O Sistema Tributário Brasileiro”, onde novamente tive a colaboração dos mais famosos tributaristas de São Paulo.

Já a esta altura tinha sido encarregado pelo Padre Xavier de coordenar tais iniciativas com a participação de Luís Roberto e, mais tarde, de Ariovaldo, seu secretário-geral.

Decidimos, em 1975, com a colaboração do Conjunto Universitário Cândido Mendes e Miguel Colasuonno, ex-prefeito de São Paulo e assessor especial da Presidência da República, organizar o 2º Congresso Interamericano de Direito Tributário, com professores brasileiros – de todo o Brasil – argentinos, mexicanos, franceses, espanhóis e de outros países latino-americanos. Com o Professor Manuel de Juano, presidente da “Asociación Interamericana de la Tributación”, coordenei o Congresso no Centro de Extensão, e dedicamos a temática à formulação de uma política tributária para o desenvolvimento urbano.

O sucesso do Congresso foi tão grande que, a partir daquele momento, o CEU passou a ser conhecido nacional e internacionalmente, até porque, no Congresso,

foram publicados em torno de quarenta livretos, com as teses apresentadas, o que passou a ser adotado, no Brasil, como formato para os futuros encontros jurídicos na área tributária.

A esta altura, já tínhamos publicado, com o título de *Noções de Direito Tributário*, o primeiro livro do CEU, coordenado por Américo Masset Lacombe e por mim, que eram as aulas do curso de atualização de 1973.

Decidimos, então, institucionalizar estes encontros anuais de juristas, em formato mais modesto, a que denominei de Simpósios Nacionais de Direito Tributário, sempre tratando de um único tema polêmico e não pacificado em nossa doutrina, nem na jurisprudência, para discussão entre acadêmicos.

O primeiro, dedicado ao tema “Decadência e Prescrição”, ocorreu em fins de 1976, tendo sido, antes, editado um livro com as teses expostas pelos autores, a fim de serem os exemplares distribuídos entre todos os participantes.

O formato era muito simples, a saber:

- 1) A escolha do tema; 2) a formulação de 4 a 6 questões pela comissão organizadora; 3) o convite aos autores para responderem as questões formuladas; 4) a edição do livro; 5) uma conferência inicial, para facilitar a discussão das questões; 6) debates em Comissões; 7)

uma reunião plenária para discutir as conclusões das Comissões; 8) a formulação da conclusão final do Simpósio em plenário; 9) a publicação das conclusões; 10) o encaminhamento delas para os Tribunais Superiores, a fim de servirem de material de suporte para discussão, quando o tema lá chegasse.

Deixei a Instituição, em 2019, após 47 anos de trabalho, e decidiram, os novos dirigentes, apesar de competentes e dedicados, não mais continuar com aqueles Seminários.

Foram realizados quarenta e três Simpósios até 2018, quando deixei de participar das atividades. Lembro que, após os primeiros simpósios, as discussões se prolongavam por um dia e meio. Mas adotou-se, com o tempo, começar às 9 horas em ponto, com prazo para a conferência inaugural e o trabalho das Comissões, até a discussão do Plenário às 17 horas.

Este novo formato foi rigorosamente seguido até o fim dos eventos.

São 44 livros já publicados – o último terminou não sendo utilizado, mas foi comercializado pela Editora Lex/Magister, responsável pelas edições – com a contribuição em torno de duas centenas de autores de renome nacional e internacional, escrevendo pelas páginas do que resolvemos denominar de “Pesquisas Tributárias”.

Nestes Simpósios, é de se lembrar que o conferencista inaugural, por trinta e um anos, foi talvez aquele que tenha sido a maior figura da Suprema Corte neste país, ou seja, o Ministro José Carlos Moreira Alves. À época, dizia-se que, se o Supremo Tribunal Federal era o guardião da Constituição, Moreira Alves era o guardião do Supremo. Em trinta e um Simpósios proferiu a conferência inaugural.

Paralelamente aos Simpósios Nacionais, começamos, a partir de 1978, a oferecer os cursos de Direito Tributário, também com aulas ministradas por renomados tributaristas. O curso era de tal nível, que a Editora Saraiva dele publicou 14 edições, sempre atualizadas, durante o período em que o coordenei e vim a presidir a instituição, ou seja, até 2005.

Na década de 90, Senadores e Deputados solicitavam vagas para seus assessores. Nos vestibulares, para ingresso no Curso, chegamos a ter cinco candidatos por vaga. Foi o 1º curso de especialização a ser autorizado pelo Ministério da Educação, isto é, com autorização de outorgar o título de especialista a quem defendesse sua dissertação. Após as provas finais, os que passavam recebiam o título de formados no curso de especialização. O título de especialista era dado somente àqueles que tivessem defendido dissertação – era uma verdadeira “tese” – perante uma banca de três professores.

Muitas destas dissertações foram publicadas em livros.

Deixei a presidência do CEU e a direção dos cursos em 2005, passando o CEU a ser dirigido por outras pessoas da Obra e, já há algum tempo, por Ana Karam, doutora em Direito.

A contribuição acadêmica do CEU fez-se sentir em diversas outras áreas do mundo jurídico brasileiro, e não apenas no STF, para onde exemplares eram sempre enviados, tão logo publicados.

Hoje, pertencço a Conselhos de outras obras da Obra, ou seja, do Colégio Catamarã – onde também está Carlos Alberto de Franco, atual presidente do CEU –, dedicado ao ensino do 1º, 2º e 3º graus e presido o Conselho Consultivo do CEAP, relevante obra social da Obra.

Os Simpósios e o curso abriram espaço para que criássemos dois Gabinetes de Estudos, por sugestão de Alberto Xavier. O “Gabinete de Estudos Jurídicos sobre Investimento Internacional” e o “Gabinete de Estudos sobre o Amanhã”, com o ex-prefeito de São Paulo, Miguel Colasuonno, que, à época, era assessor do presidente da República, e professor da Faculdade de Economia e Administração da USP. Fiquei como vice-presidente do primeiro e presidente do segundo.

Com a IOB lançamos diversos boletins sobre investimentos estrangeiros e com a Editora Resenha Tri-

butária, três livros de estudos sobre o amanhã (Regiões Metropolitanas, o ano 2000 e o futuro da Amazônia).

Paralelamente, ingressei no Instituto dos Advogados de São Paulo, em 1975 e fui indicado pelo IASP para conselheiro da OAB-Secional de São Paulo, em 1979, onde permaneci até 1984. Éramos apenas 24 conselheiros, à época.

Foi um período de transição no país. Estávamos lutando pela redemocratização e a OAB – após o fracasso de guerrilheiros que pretendiam implantar um regime cubano no Brasil, sendo derrotados definitivamente em 1971 –, tornou-se a única voz ouvida no país, como oposição. A arma da palavra foi mais forte e eficiente do que as armas de fogo para a redemocratização.

Como conselheiro da OAB, participei de encontros nacionais, inclusive, em alguns, na condição de conferencista, tendo, no mesmo período de 1982 a 84, sido eleito vice-presidente do IASP.

Já, a esta altura, decidi complementar o meu currículo acadêmico, que paralisara, em face dos episódios referentes ao Caso Sudam, por aconselhamento de professor, reitor e amigo da Universidade Mackenzie (Ricardo Brancato).

Nunca parei, entretanto, de lecionar e, principalmente, na FMU e depois na Universidade Mackenzie, onde ensinei, como responsável pela cadeira de direito

econômico, em cursos de especialização. Foi quando a minha futura congreira na Academia Paulista de Letras e então reitora da Universidade Mackenzie, primeira mulher a assumir um Ministério na República brasileira (Educação), Ester de Figueiredo Ferraz, lançou o curso de doutoramento da Universidade, que não existia até aquele momento. Candidatei-me e fui o primeiro doutor na área de Direito (14/12/1982), tendo participado, logo em seguida, como suplente, na primeira banca de doutoramento de sociologia e política, do General Meira Mattos, o maior geopolítico da história brasileira.

Antes de falar de minha presidência no IASP, que coincidiu com a redemocratização brasileira e com a abertura de programas de TV para debates políticos, quero voltar à importância da Obra em minha vida.

Como disse, ingressei na Obra em 26/05/1971. Minha mulher já pertencia a ela desde 15/08/1968. Entrara primeiro do que eu, apesar de ter sido levada para a Obra por meu intermédio.

Regina, minha sexta filha, só nasceria em 15/09/1971, o que vale dizer, entrei ainda à época em que era um Instituto secular, pois o *Opus Dei* apenas tornar-se-ia Prelazia Pessoal em 28/11/1982.

Ora, São José Maria Escrivá confirmou sua vinda ao Brasil em 1974 e chegou ao Rio de Janeiro em 22/05 daquele ano.

Estava encarregado de contatar todos os membros supernumerários da hoje Prelazia – não éramos muitos à época – para as atividades de que devíamos participar, assim como de fazer diligências junto às entidades para obtermos os locais mais amplos para os contatos que o sacerdote desejava ter com o povo brasileiro.

Emérico da Gama, com quem conversava semanalmente, foi encarregado comigo de fazer tais diligências.

Marquei de pegá-lo na sede da Comissão, em que o diretor para o Brasil residia – à época denominado Conciliário – , no dia 24/05/1974 às 15 horas para tentar obter o auditório da FIESP, então no Viaduto D. Paulina.

Ocorre que, quando cheguei, Emérico informou-me que São Josemaria iria fazer um passeio para conhecer São Paulo, e que, se esperássemos um pouco no hall de entrada, iria conhecê-lo pessoalmente.

Minha emoção foi enorme. Aguardamos, e, quando ele apareceu descendo as escadas da casa, Padre Xavier apresentou-me ao Fundador, dizendo: “Ives e a esposa são super numerários, pais de seis filhos”. Imediatamente, o Fundador abraçou-me e deu-me um beijo na testa, dizendo que iria oferecer a missa, do dia seguinte, por mim, minha esposa e os seis filhos. E acrescentou: “Você é o primeiro supernumerário que

cumprimento no Brasil”. Emocionado não consegui falar quase nada. Acompanhei-o até o carro, tendo ele se despedido carinhosamente de Emérico e de mim.

Só recuperei-me da emoção, depois que o carro, com ele, Padre Xavier, Dom Álvaro, Dom Javier e Gaspar Vaz Pinto, saiu. Gaspar tornara-se motorista dele em sua estada, numerário português que viera ao Brasil na década de 60.

No dia seguinte, tivemos a primeira tertúlia com o Fundador. No auditório do Centro de Estudos do Sumaré, que usávamos para as aulas de direito tributário.

Fiz-lhe, então, uma pergunta sobre como ser melhor filho dele e da Obra, mas antes declarando minha profissão de advogado. Começou respondendo: “És meu colega”, pois também havia se formado em direito em Saragoza e, inclusive, obteve o título de doutor com a tese “La Abadesa de las Hulgas”.

Foi emocionante aquela primeira tertúlia que assisti com Ruth e amigos.

No dia seguinte, levei meu filho Ives, então com 15 anos, para assistir a uma tertúlia na Aroeira (26/05). Propriamente, não o levei. Foi com um grupo de jovens, mas fui buscá-lo, chegando bem antes da hora programada, com o que foi possível assistir, atrás da porta que separava a sala principal da Aroeira daquela de estar, à tertúlia inteira.

No dia seguinte, o Fundador recebeu minha família e as duas empregadas. Estava acompanhado do Beato Álvaro, Dom Javier Echevarria e Padre Xavier. Uma das empregadas (Hilda) ingressou na Obra mais tarde, como supernumerária. Neste encontro, minha filha Regina estava com pouco mais de dois anos e começou a chorar. São Josemaria, imediatamente, colocou sua mão na cabeça de Regina que parou de chorar, instantaneamente. Foi uma conversa de uns quinze minutos muito agradável, em que me perguntou sobre a família e dirigiu-se, principalmente, a Ives e Ângela, então com treze anos. Os dois vieram a ingressar na Obra, Ives em 1976 e Ângela em 1978 como numerários. Estão os dois em Brasília, Ives desde 1981, agora como Ministro do Tribunal Superior do Trabalho – decano do Tribunal – onde já foi presidente; e Ângela como Secretária Nacional da Família do Ministério de Direito Humanos.

Neste mesmo dia (27/05), houve uma tertúlia só de supernumerários com o Padre. Fiz-lhe aquela pergunta já mencionada, sobre a soberba.

No dia seguinte, fomos todos à Aparecida, numa romaria com o Fundador. Chegamos cedo, mas, por um problema com o helicóptero, o Padre apenas chegou depois do almoço. Rezamos, todos os presentes, o terço com ele na velha matriz de Aparecida, onde hoje

encontra-se uma estátua de São Josemaria, por ter este Santo de Altar visitado aquele Santuário, que comemorou, em 2017, trezentos anos do aparecimento da imagem da Virgem, resgatada das águas do Rio Paraíba, por pescadores. Quando encontraram a imagem – eles que não tinham pescado nada – conseguiram uma milagrosa e abundante pesca.

No dia 30/10 tivemos mais um encontro de jovens no Centro de Extensão Universitária e, uma vez mais, Jorge Cintra, Borzani e eu conseguimos entrar e assistir toda a tertúlia.

Um nova tertúlia foi realizada no Centro do Sumaré, numa das salas de estar, só com casais de supernumerários. Na intimidade daquele encontro em que eram poucos os casais, perguntei-lhe sobre o dinheiro que deveríamos dar aos filhos, enquanto dependentes. Disse-me: “Sempre pouco e procurando valorizar a entrega para que aprendam a dar valor ao que receberem e a merecerem-no por seus atos e trabalhos”.

Tivemos mais duas tertúlias gerais no Anhembi e no Palácio das Indústrias da FIESP, que encantou a todos e, por fim, uma tertúlia final, no Centro de Estudos com cooperadores.

Ao todo foram dez encontros com São Josemaria, que estão gravados em minha memória.

Sobre o relato dos dias que passamos com o Nos-

so Padre, Emérico pediu para que redigisse umas notas, que foram publicadas no livro *Catequese na América*, publicação interna da obra. É fácil localizá-la, pois, refiro-me a um ditado que, na Bretanha, se diz aos bretões “Tetû comme un breton,” ou seja, “Cabeçudo, como um bretão”. A referência é ao meu nome cujo patronímico é de Santo Ives, padroeiro dos advogados, de juízes e que nasceu em Treguier na Bretanha.

O certo é que, após sua vinda, tudo mudou. De apenas uma cidade no Brasil, a Obra expandiu-se para todo o país.

Meu filho Ives formou-se em 1981 e já foi direto para Brasília com outros dois numerários para dar início aos trabalhos da Obra naquela cidade. Tinha ingressado na Obra em 1976, ainda antes de entrar na Faculdade. No mês de janeiro comemorou 46 anos de sua chegada à capital do país. Ângela, depois de ter ido para a Unive – encontro de estudantes com o Papa na Páscoa –, entrou para a Obra em 1978, também anteriormente à entrada na Faculdade. No ano em que se formou, já foi direto para a Obra em Curitiba.

Ives começou a trabalhar em um escritório de advocacia mas como tinha que ficar em Brasília, prestou dois concursos e entrou nos dois (assessor jurídico no Ministério das Comunicações e técnico judiciário, no Tribunal Superior do Trabalho). Um amigo, Roberto

Rosas, apresentou-o ao presidente do TST, que o convidou para sua assessoria direta, deixando a assessoria geral. Optou, pois, pelo TST. Coqueijo Costa, então presidente, tornou-se um grande incentivador de sua carreira. Levou-o a publicar um livro com outra assessora pessoal, intitulado *O recurso Extraordinário na Justiça do Trabalho*. Prestou, então, concurso para a procuradoria do Trabalho, tendo entrado em 1º lugar. Ao assumir, por convite do então subchefe da Casa Civil do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ou seja, Gilmar Mendes, a Assessoria da Presidência, concorreu a vaga do Ministério Público para o TST, ficando em 2º lugar da lista sêxtupla da Procuradoria, em 1º lugar na lista tríplice do TST. Foi escolhido pelo Presidente Fernando Henrique como Ministro, tendo sido aprovado, por unanimidade, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, e por esmagadora maioria no plenário do Senado, com apenas quatro votos contra.

Presidiu o TST de 2016 a 2018 e hoje é o Ministro decano daquele Tribunal, exercendo sua função jurisdicional há vinte e três anos.

É Mestre pela UNB, em banca formada por Moreira Alves, Carlos Mário Velloso e Inocêncio Mártires Coelho, e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Continua em Brasília. Tendo

sido um dos três primeiros da Obra a começar os trabalhos na capital federal, hoje é o mais antigo membro naquela cidade.

Ângela entrou na Obra em 1978 e, formada em direito pela USP, foi direto para Curitiba, onde ficou seis anos, trabalhando no escritório de três profissionais, à época. Inicialmente com o Professor João Casillo, em seguida com os dois professores titulares de direito comercial da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Marçal Justem Filho e Assis Gonçalves.

Quando Ângela foi para Curitiba, aceitei proferir palestras constantemente na capital paranaense, não só para abrir oportunidades para ela conhecer pessoas, mas para matar saudades.

Particpei de bancas para mestrado e professor titular da UFPR e, inclusive, da banca que aprovou os dois advogados com quem trabalhou (Marçal Justem Filho e Assis Gonçalves) para professores titulares em direito comercial da Universidade Federal do Paraná.

Assis foi presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, quando eu presidi o Instituto de São Paulo e fizemos, com o presidente do Instituto do Espírito Santo, uma frente de oposição em relação ao Plano Cruzado do governo federal que, como sinalizáramos desde o início, seria um fracasso, por violar fundamentos e princípios da economia. Defendemos, tam-

bém, a autonomia das instituições estaduais perante a do Rio de Janeiro, que foi o primeiro Instituto do Brasil e cujo presidente, Sérgio Ferraz, pretendia que os institutos estaduais estivessem subordinados ao do Rio. Nossa tese prevaleceu sobre a do IAB (Instituto dos Advogados Brasileiros). Hoje, Sérgio é meu Conselheiro no Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP, sendo dileto amigo. Temos muitos trabalhos escritos juntos. De rigor, o IAB apareceu antes do IASP. Na minha presidência, localizamos o estatuto inicial, publicado nos jornais da época de sua fundação (1874) pelo Barão de Ramalho.

Quando assumi a presidência, considerava-se que o IASP fora fundado por Fabricio Vampré em 1916. Com a descoberta daqueles documentos, percebemos que o IASP era o 2º instituto mais antigo do Brasil e só não fora fundado também em 1843, por oposição dos professores da Faculdade do Largo de São Francisco, sob a alegação de que a capital do Império precisaria de um Instituto para os juristas encontrarem-se, porque não tinha uma Faculdade de Direito. Já São Paulo possuía a do Largo do São Francisco.

Mudamos a data de comemoração do aniversário de 21/12/1916 para 29/11/1874. Tivemos, então, a confecção de um carimbo dos Correios e Telégrafos, comemorativos da data – à época, o IASP comemorou,

portanto, 111 anos – e a presença de Ministros do Executivo e magistrados das Altas Cortes, no primeiro aniversário oficial do IASP (29/11/1985).

Ângela depois trabalhou na Associação Comercial do Paraná, como assessora jurídica e no escritório de outro jurista nacionalmente reconhecido, Heron Arzua.

Veio em seguida para São Paulo, ficando na administração das numerárias auxiliares da Assessoria. Foi, após muitos anos em São Paulo, para o Rio Grande do Sul, onde voltou a conviver com o Direito, obtendo o grau de mestre e de doutora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Tendo preparado sua tese de doutoramento para UFRS, em Harvard – analisava a obra de um professor daquela Escola (Lon Fuller) –, permaneceu nos Estados Unidos por dois anos, como pesquisadora, morando no Centro de Boston até retornar para São Paulo, onde começou a trabalhar no meu escritório. Por fim, foi nomeada pelo Presidente da República Secretária Nacional da Família, no Ministério dos Direitos Humanos.

Roberto entrou para a Obra em 1979, formou-se em Direito no Mackenzie, seguiu para o Rio de Janeiro, onde viveu alguns anos, lecionando direito constitucional, à noite, em uma Faculdade de Direito. Interrompeu

suas atividades para tratamento de saúde, em uma Clínica da Obra, em Pamplona, na Espanha.

Trabalha como tradutor de inglês e castelhano na Editora Quadrante, fundada por Emérico da Gama. Tem livros publicados e é um grande tradutor.

Renato entrou para a Obra em 1980. Coursou a Universidade de São Paulo, em matemática pura, preferindo tal curso ao de administração pública da FGV, escola na qual também entrara, no mesmo ano.

Formado, foi para Belo Horizonte, onde está até hoje. Mestre, doutor, professor concursado, fez toda sua carreira acadêmica na Universidade Federal de Minas Gerais, onde é hoje Professor Titular, em tempo integral. Realizou seu pós doutoramento no IMT, em Cambridge, onde foi professor visitante, tendo mais de uma vintena de artigos publicados nas principais revistas de matemática do mundo. Mora no Centro da Obra de Belo Horizonte.

Rogério é cooperador da Obra. Casou-se com Cláudia e deu-me um neto: Luís Felipe. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, começou a trabalhar no meu escritório, sendo hoje seu titular, desde que me retirei da sociedade. Tem inúmeros livros e artigos publicados em direito.

Regina cursou jornalismo. Lá, conheceu Cláudia, sua colega, que veio a casar-se com Rogério, meu filho.

Casou-se com Marcos, que é administrador de meu escritório e é supernumerário. Teve seis filhos e não pôde exercer o jornalismo até hoje. Deu-me os netos Fernanda, Guilherme, Renata, Helena, Daniela e André. Daniela nasceu com a Síndrome de Down, mas é uma menina esperta e muito querida pelos irmãos, pais e avós.

Rogério está casado há 23 anos e Regina há 25.

Ter a vida familiar, profissional, social, apostólica e cidadã – deixei a política em 1965, mas não deixei, pela imprensa, de expor minhas posições pessoais sobre o país – foi possível, estabelecendo um equilíbrio que poderia ser melhor. Todavia, por amizade ou amor, os outros dizem que não é mau. Tudo isto devo ao papel relevante desempenhado por minha mulher, que me fez retornar à Igreja Católica, e à Obra, que inspira os meus atos até hoje, apesar de ter partido para o céu, vítima da Covid-19 em 26/01/2021.

Voltemos, todavia, a carreira profissional e acadêmica.

Desde 1970, passei a escrever regularmente artigos em jornais e revistas especializadas e participei de obras conjuntas, assim como lancei meu primeiro livro *Desenvolvimento Econômico e Segurança Nacional – Teoria do Limite Crítico*, prefaciado por Roberto de Oliveira Campos, um dos maiores economistas da história brasileira. Em 1975, lancei um segundo livro A

Apropriação Indébita no Direito Brasileiro e, em 1977, o livro *O direito do Estado e o Estado de Direito*. Já a esta altura, contribuía regularmente para as principais revistas jurídicas do país e em obras coletivas, coordenando algumas delas, como, por exemplo, os livros de *Pesquisas Tributárias*, que como disse foram veiculados em 44 anos, com 44 volumes.

Com Carlos Valder do Nascimento escrevi *A Lei Sobre a Responsabilidade Fiscal*, com Geraldo Vidigal coordenei os *Comentários à Lei das Sociedades por Ações* pela Editora Forense Universitária. Escrevi com Celso Bastos os *Comentários à Constituição do Brasil*, em 15 volumes pela Editora Saraiva, de 1988 a 1998.

Os constantes artigos de jornais, palestras por todo o Brasil ou no exterior, levaram-me a uma atuação “quase política”, quando presidi o IASP – Instituto dos Advogados de São Paulo, pois foi o período de convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Participei de audiências públicas, a convite dos constituintes, assessoriei informalmente presidentes das Comissões e o próprio relator da Constituinte, Bernardo Cabral. Tive o presidente da Assembleia, Ulisses Guimarães, assistindo palestra minha sobre o parlamentarismo, a que veio aderir no curso dos trabalhos, embora frustrada a sua aprovação, em plenário.

Participei de debates em TV, na Universidade, em

estações de rádio e inaugurei, com palestra, o Conselho de Sociologia e Política da Fecomercio-SP, estando entre seus fundadores. Por fim, a partir da promulgação da Constituição em 05/10/1988, fui nomeado, já em 1989, presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio, função que ocupo até hoje. Esse Conselho conta com grandes expressões do mundo jurídico, ex-senadores, deputados, Ministros do STF, da Corte de Haia, de Estado, e juristas de relevantes Universidades brasileiras, reconhecidos internacionalmente.

Nestes trinta e dois anos, o Conselho Superior de Direito colaborou com intensidade para a conformação de um direito mais justo no país, principalmente nos campos do direito tributário, administrativo, privado e, principalmente, constitucional. Com inúmeros congressos realizados e a presença de nomes expressivos jurídicos e políticos, desde presidentes da República, Senadores, Deputados, Ministros da Suprema Corte e autoridades e ministros do exterior.

Algumas linhas, agora, sobre as atividades no campo cultural, esportivo, jornalístico, editorial e institucional universitário, após a promulgação da lei suprema.

No campo cultural, continuei a escrever, principalmente poesias, o que fazia desde 1948. Os livros foram se sucedendo. São hoje 20. Em 2014, publiquei a

Poesia Completa (12 livros de poesias) pela Editora Resistência Cultural e, depois, mais 8 em poesias até meados de 2021. Pela Pax & Spes, em 2 volumes, neste ano, editei uma 2ª. Edição da “Poesia Completa” com os 20 volumes. O último é intitulado “A presença de Ruth ausente” com 30 sonetos a ela dedicados, 19 após ter falecido. Com um romance escrito em 1964, publicado 40 anos depois pela APEC e com uma peça teatral escrita aos 17 anos e publicada também muito depois, meu livro de *Reflexões Sobre a Vida* (1022 pensamentos), e *Uma História de São Paulo*, completei o que chamo de meus escritos extraprofissionais.

No ano de 2021 inaugurei um Instagram, hoje com mais de 70 mil seguidores, tendo publicado em 2010 outro livro de reflexões de natureza espiritual sobre cada ponto de *Caminho* (999) pela Editora Cultor de Livros.

Tal atividade extraprofissional levou-me a participar de 34 academias, a saber: 1) Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, 2) Academia Internacional de Direito e Economia; 3) Academia Paulista de Letras, 4) Academia Santista de Letras, 5) Academia Paulista de Letras Jurídicas, 6) Academia Paulista de Direito, 7) Academia Paulista de Educação, 8) Academia Brasileira de Letras Jurídicas, 9) Academia Brasileira de Direito Tributário, 10) Academia Internacional de Cultura Portuguesa (Lisboa), 11) Academia

Mato-Grossense de Letras, 12) Academia de Letras da Faculdade de Direito da USP, 13) Academia Brasileira de Ciências Sociais e Políticas, 14) Academia Luso-Hispano-Brasileira de Direito, 15) Academia Cristã de Letras, 16) Academia Jundiáense de Letras, 17) New York Academy of Sciences, 18) Academia de Letras e Artes Mater Salvatoris, 19) Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas, 20) Academia Brasileira de Direito Constitucional - Curitiba/PR, 21) Academia Paulista de História, 22) PEN Clube do Brasil, 23) Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, 24) Academia Sergipana de Letras, 25) Academia Brasileira de Filosofia, 26) Academia Brasileira de Direito, 27) Academia de Ciências, Letras e Artes dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, 28) Academia Humanística, Artística e Literária Lítero Cultural, 29) Academia Juiz-Forana de Letras, 30) Academia Brasileira de Defesa, 31) Academia Tributária das Américas, 32) Academia de Letras do Mackenzie, 33) ABRHAGI Academia Brasileira de Hagio-logia, 34) Academia Brasileira de Direito Sistemico, 35) Academia William Shakespeare, tendo presidido a Paulista de Letras, a Lusíada de Ciências, Letras e Artes e a Internacional de Direito e Economia (esta por duas vezes.

Na Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes

ocorreu algo interessante. O ex-Ministro da Educação de Oliveira Salazar, que veio para o Brasil quando da Revolução dos Cravos, humanista e escritor de raro talento, conversou comigo, quando decidi não concorrer à reeleição, mostrando interesse em ser meu sucessor. Apoiei-o, imediatamente, até porque tínhamos uma alternância entre brasileiros e portugueses. Baltazar Rabello de Souza foi, então, eleito, com meu apoio, para suceder-me com a presença de seus dois filhos, Pedro e Marcelo, hoje presidente de Portugal e, como eu, constitucionalista, formando, ao lado de Canotilho e Jorge Miranda, o trio de juristas portugueses que mais influenciaram o processo constituinte brasileiro.

Ao lado da vida acadêmica, dediquei-me à vida universitária com intensidade e os 42 títulos acadêmicos que consegui no curso da vida, demonstram mais a dedicação ao espírito universitário, do que ao valor propriamente dito, em face de terem sido concedidos por universidades brasileiras, sul-americanas e europeias.

São a saber as seguintes instituições: 1) Associação Brasileira de Karatê (Shodan), 2) Faculdade de Direito da USP (Bacharel), 3) Faculdade de Direito da USP (Especialista em Direito Tributário), 4) Faculdade de Direito da USP (Especialista em Ciência das Finanças), 5) UNIFMU (Professor Responsável pelo Curso de

Especialização em Direito Tributário) , 6) Universidade Mackenzie (Professor Responsável de Direito Econômico e Coordenador do Curso de Especialização em Direito Empresarial), 7) Universidade Mackenzie (Doutor em Direito), 8) Universidade Mackenzie (Professor Emérito), 9) Universidade Mackenzie (Prof. Titular de Direito constitucional), 10) ECEME (Professor do Curso de Estratégia Política), 11) UNIP - Universidade Paulista (Professor Emérito) , 12) ECEME (Professor Emérito), 13) Academia Santa Theodora – EUA (Professor Honoris Causa), 14) Faculdade de Direito São João da Boa Vista-SP (Professor Honoris Causa), 15) Universidade Austral – Argentina (Professor estrangeiro), 16) Universidade VEST VASILE GOLDIS – Romênia (Prof. Excelência), 17) Universidade de Craiova – Romênia (Doutor Honoris causa), 18) UNIFMU (Prof. Honoris Causa), 19) Universidade San Martins de Porres – Peru (Prof. Honorário), 20) IMAE – UNIFMU (Prof. Conselheiro), 21) UNIFMU (Professor Emérito), 22) Universidade Austral – Argentina (Prof. Honorário), 23) UNIFIEO (Prof. Honoris Causa), 24) Escola Superior de Guerra (Conferencista emérito), 25) Centro de Extensão Universitária (Professor e Presidente), 26) CIEE/O *Estado de S. Paulo* (Professor Emérito Guerreiro da Educação), 27) Universidade Austral – Argentina (Conselho Acad. Especializado Direito Tributário), 28) Academia Brasi-

leira de Filosofia (Doutor de Notório Saber), 29) Universidade do Minho – Braga/ Portugal (Cátedra Lloyd Braga), 30) Centro de Extensão Universitária (Presidente Honorário), 31) Instituto Brasiliense de Direito Público (Professor Honoris Causa), 32) Escola Paulista de Direito (Professor Emérito), 33) Escola da Magistratura Federal da 1ª Região (Professor Emérito), 34) PUC-Paraná (Doutor Honoris Causa); 35) FBT - Faculdade Brasileira de Tributação (Professor Emérito), 36) Fac.de Dir.do Ciesa, Manaus-AM (Professor Emérito), 37) All Japan & International Karate-do Goju-Kai Association (Sensei Honorary Sandan), 38) Erich Fromm - World University Inc. (Doctor Honoris Causa in the Martial Arts), 39) PUC - Rio Grande do Sul (Doutor Honoris Causa), 40) ADESG Nacional (Palestrante Emérito), 41) EBRADI Escola Brasileira de Direito (Patrono Regente da Pós-Graduação em Advocacia Tributária), 42) ADESG-SP (Palestrante Emérito- 61º Curso de Política e Estratégia).

Minha produção jurídica, política, econômica e social compõe-se de livros e artigos publicados em 21 países. Não me restringi à reflexão apenas jurídica, mas sempre considerei que as principais ciências sociais correlatas mereceriam ser examinadas por um professor de Direito. Assim sendo, escrevi dezenas de livros, dos quais os mais importantes foram as três teses universitá-

rias (*Teoria da Imposição Tributária; Desenvolvimento Econômico e Segurança Nacional – Teoria do Limite Crítico e Apropriação Indébita no Direito Tributário*) e os *Comentários à Constituição do Brasil*, em 15 volumes, com Celso Bastos; além das breves *Teoria do Poder, Introdução ao Direito e do Constitucionalismo*”, *Uma Teoria do Tributo*; a trilogia sobre a política internacional (*Uma Visão do Mundo Contemporâneo, A Era das Contradições e A Queda dos Mitos Econômicos*); a trilogia sobre a política brasileira (*O Poder, A Nova Classe Ociosa e O Estado de Direito e o Direito do Estado*), além dos livros *O Estado à Luz da Filosofia, da História e do Direito* e *A Era dos Desafios - A Humanidade e Seus Dilemas*”. Coordenei, com Carlos Valder do Nascimento e Gilmar Mendes, quatro *Tratados de Direito (Financeiro, Constitucional, Tributário e Administrativo)* neste último com a participação, na coordenação, de Adilson Dallari e no *Direito Tributário* com a co-coordenação de meu filho Rogério, e com Mayr Godoy (*Tratado de Direito Municipal*). Coordenei, ainda, os *Comentários ao Código Tributário Nacional*, além da *Lei de Responsabilidade Fiscal*, com Carlos Valder do Nascimento, a *Lei das Sociedades por Ações*, com Geraldo Vidigal, e os *Comentários às Leis do Controle Concentrado de Constitucionalidade*, que escrevi com Gilmar Mendes, além de 24

volumes da série “Sociedades por Ações” da Resenha Tributária com Geraldo Vidigal. Escrevi livros de estudos, pareceres, discursos, artigos jornalísticos. Prefaciei mais de 200 livros e coordenei e participei de mais de 300.

Foram escritos oito livros em minha homenagem, desde os 70 anos, com uma plêiade de juristas, economistas e escritores demonstrando sua amizade pelo “velho liberal”, como declarou o Ministro Dias Toffoli, no discurso de entrega do último deles, intitulado *Ives Gandra o Humanista*, editado pelo IASP e a Universidade Mackenzie com a colaboração de 53 autores, entre eles, o próprio Ministro, pelos meus já distantes 80 anos.

Particpei, na carreira universitária, de mais de 60 bancas de mestrado, doutoramento, livre docência, professor titular em universidades de todo o país; de bancas em três concursos de Magistratura, dois para juiz do Tribunal Administrativo de Pernambuco e um para Procurador Municipal de São Paulo. Foi esta minha contribuição com estas instituições, na busca da melhoria de profissionais, além de lecionar, desde 1964, em nível universitário, e desde 1954 para alunos de vestibular ou em cursos variados. Talvez por isto fui convidado 31 vezes a ser patrono de turmas de direito, administração de empresas e instituições de ensino, além de

inúmeras audiências públicas. Nunca recusei colaborar com as instituições públicas e de ensino, pois entendo que, mesmo sendo pouco o que tenha a contribuir, é desta forma que qualquer pessoa pode exercer a cidadania. Apenas, hoje, por minhas limitações de locomoção para fora de São Paulo, as palestras são gravadas ou proferidas em vídeo conferências.

Em todo este período, todavia, continuei a escrever para jornais, participei de programas de TV em todos os principais canais do país, proferi conferências, apresentando, pelo Conselho Superior de Direito, que presido há 32 anos, projetos de lei.

Outro ponto à parte da atuação social extraprofissional é a parte esportiva.

Torcendo para o São Paulo Futebol Clube desde menino – sou sócio n. 14 da agremiação, desde 1943 –, fui eleito para o Conselho Vitalício e Deliberativo, na década de 80; para o Consultivo, em 1999, tendo sido, também, no mesmo ano da posse, eleito presidente do Conselho, denominado o “Conselho dos Cardeais”. Erámos 36 naquela ocasião. Sou, hoje, de novo Presidente.

Tornei-me, também, Conselheiro nato do Conselho Consultivo e, no ano de 2022, passei a ser um dos 35 sócios beneméritos da história do Clube, que, fundado em 1930, neste ano completou 92 anos. Já

foi três vezes campeão mundial, três vezes campeão da Libertadores, uma vez Campeão Sulamericano, uma vez Campeão da Super Copa da Libertadores, duas vezes Campeão da Recopa Sulamericana e uma vez campeão da Commebol. Foi seis vezes Campeão Nacional, 22 vezes Campeão Paulista e é o unico Super Campeão Paulista da história do Futebol, e uma vez Campeão Rio-São Paulo.

Internacionalmente, é o clube brasileiro com maior número de títulos oficiais (12).

Aos 87 anos, continuo dando palestras, escrevendo artigos jurídicos, para revistas especializadas em direito e, individualmente e em conjunto.

Por outro lado, em face da idade, mantenho um bom relacionamento com autoridades dos três Poderes e nas três esferas da Federação, o que não me impede, todavia, de criticas constantes ao que me parece errado na conduta de governantes, tendo, inclusive, sido o primeiro a dar parecer a favor de um *impeachment* da Presidente Dilma, o que terminou ocorrendo meses depois.

Dos onze ministros do STF, tenho livros escritos com sete deles. Mas não deixo de expor minhas opiniões, por vezes crítica a um certo ativismo judicial. Talvez, meus conceitos de advogado formado há 64 anos estejam ultrapassados, mas continuo entendendo

que os Poderes devem ser harmônicos e independentes, sem invasão de competência uns dos outros.

O importante, é que, no exercício profissional e da cidadania, tenho procurado pautar-me pela defesa dos direitos do cidadão e do interesse público, mesmo que, não poucas vezes, com constrangimento, pois colocado na desconfortável posição de criticar amigos, no exercício do poder, o que me levou a criar, há dez anos, um programa semanal de TV, na Rede Vida, intitulado “Anatomia do Poder”. Nele entrevisto ex-presidentes da República, Senadores, Ministros do STF, TJ, STJ, deputados, militares, governadores, professores, personalidades de diversas profissões na busca de, no diálogo mantido, ofertar também minha opinião do que entendo necessário para o interesse público, nada obstante ter consciência que posso estar errado. Por isto, sempre respeito as opiniões contrárias. Felizmente, tenho convicção de minhas limitações e, por isto, nada imponho, no debate de questões da atualidade.

Lembro que coordenei, pela Rede Vida, de 1994 a 2010, o programa semanal “Caminhos da Economia e do Direito”, com Ney Prado, Roberto Macedo e Antônio Carlos Rodrigues do Amaral, e comentei em 242 semanas, também em programas semanais, toda a Constituição Brasileira, sob o título “Conheça a Cons-

tituição”. Todos os programas pela Rede Vida, que atinge todos os Estados do Brasil.

O Fundador do *Opus Dei* sempre pediu que procurássemos, em nossas atividades cotidianas, pessoas que pudessem viver o espírito cristão, santificando o trabalho ordinário. Tenho perseverado, apesar de todas as falhas, que não são pequenas e contra as quais luto há 87 anos.

À evidência, a responsabilidade dos atos praticados é inteiramente minha, com acertos e erros, algo que me parece inerente à fragilidade de todos nós.

Ao final destas reminiscências, quero dizer que devo muito a meus pais. Ensinarão-nos valores e a ter um excelente convívio entre os irmãos. Sem minha mulher, porém, não teria voltado à religião católica. Amei-a, sessenta e oito anos após começarmos a namorar (1953), com a mesma intensidade afetiva dos primeiros tempos, apesar de sua ausência hoje, em que está, certamente, nos céus. Não sou viuvo, mas casado e separado por algum tempo até nosso futuro reencontro, mercê de Deus. Quero muito aos meus seis filhos, sete netos, genro e nora. Considero todos os meus colaboradores em casa e no escritório, pessoas importantes, sem as quais não poderia levar minha vida profissional, social, e acadêmica, cultural e universitária com razoáveis realizações.

Sem tais pessoas eu nada seria, mas, indiscutivelmente, o ingresso na Obra há cinquenta e um anos foi o que de mais relevante aconteceu em minha vida, tendo aprendido, desde o início, que a vida contemplativa facilitada pelo cumprimento das normas diárias (oferecimento de obras, oração de manhã e à tarde, missa, terço, leitura espiritual, leitura do Evangelho, contemplação dos mistérios, exames de consciência, *Angelus*, alguns hábitos da vida interior, ordem, alegria), serviu para alicerçar, – nada obstante, repito, meus defeitos, que parecem não diminuir nunca –, algumas de minhas modestas conquistas. Reconheço que, efetivamente, a graça de Deus fez-se presente de forma surpreendente. É uma constatação sempre essencial, pois todos nós, filhos de Deus, sempre recebemos muito mais Dele do que podemos retribuir, a começar pelo dom da vida.

Na própria Obra, em que sou o 3º supernumerário vivo, mais antigo, todos os encargos que me deram procurei cumpri-los, com as deficiências próprias e ainda presentes, desde a fundação do Centro de Extensão Universitária, até as diversas instituições vinculadas de que participo.

Com dois Círculos (um com 55 anos de existência e outro 47) em funcionamento para cooperadores e amigos que os frequentam, tenho procurado mantê-los

para receberem formação, apesar de a idade já impor algumas limitações.

Considero que os Simpósios Nacionais de Direito Tributário do CEU foi a maior realização acadêmica da Obra corporativa, que é o Centro de Extensão Universitária, não só pela qualidade e seu corpo docente, mas dos participantes, que vieram de várias partes do país, a fim de discutir os mais relevantes temas de direito tributário. Hoje, teve aprovada com nota máxima a criação de uma Faculdade de Direito.

Na família, Ruth foi da Obra, e eu, cinco filhos, e meu genro – sete pessoas ao todo – somos da Obra. Isso me leva a crer que estamos lutando no bom caminho, apesar de nossas insuficiências, mas com a Graça de Deus, mantemos a fidelidade à filiação divina e à luta pela santificação da vida ordinária.

Na nossa idade, eu agradeço a Deus os 67 anos de namoro, que completamos (24/12) até sua morte, e os 62 anos de casados. A felicidade que sempre tive com Ruth, uma graça que não sei como agradecer a Deus. Agora, pensar na morte para mim faço com uma entrega total. Minha família, depois que Ruth se foi, está sempre comigo, dando-me comovente apoio. Aqui fico feliz, pelo que me dão e pela companhia. Se Deus levar-me também ficarei feliz pois reverei Ruth.

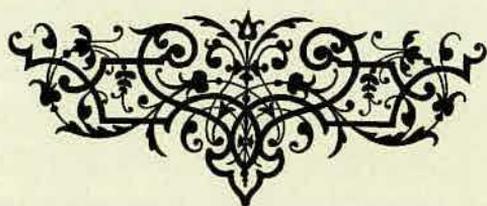
Finalmente, lembro que, além das lides familia-

res e dentro da Obra, tenho atuado em ações apostólicas a pedido do Cardeal Dom Odilo, Arcebispo Diocesano de São Paulo, ou seja, como presidente da União dos Juristas Católicos de São Paulo, por seis anos, com a edição de nove livros – um por ano – sobre temas relevantes, a saber: 1) Justiça Econômica e Social; 2) Ideologia de gênero; 3) Imunidade das instituições religiosas; 4) Inviolabilidade do direito à vida; 5) O direito e a família; 6) Tratado Brasil-Santa Sé; 7) A Família na Constituição Brasileira; 8) Liberdade religiosa e liberdade de expressão e 9) O Preâmbulo da Constituição.

Sempre entendemos, Ruth e eu, que, enquanto Deus nos desse vida e lucidez, poderíamos continuar, no limite de nossas forças, a lutar para servi-LO, dentro do mundo, como pedia São Josemaria. Ela foi uma servidora leal e fiel toda a sua vida. A Ele peço forças para errar menos, acertar mais e servir, com aceitação das insuficiências como próprias de minha natureza e não me importando com fracassos ou críticas. Pois nada somos por nós mesmos e o que de valioso temos é o que Deus em nós colocou. E por Ele seremos todos julgados.

Ao encerrar este breve relato sobre algumas reminiscências, quero – lembrando o Fundador, que dizia que onde o céu e a terra se encontram é no coração de

cada um de nós –, transcrever quatro decálogos, que elaborei. O primeiro, para os meus alunos de Direito na Universidade Mackenzie (Decálogo do Advogado), e os outros, para os meus filhos (Decálogo do Trabalho Ordinário, Decálogo do Não e Decálogo da Convivência). Procurei, além da vida interior, que aprendi na Obra (sendo contemplativo em meio do mundo, filiação divina e santificação do trabalho ordinário) transmitir-lhes como viver tais princípios, ordenadores de nosso comportamento. O certo é que me esforço, todos os dias, para conseguir cumprir o que escrevi para alunos e filhos. Apesar – repito – de todas as minhas falhas e insuficiências, entendo que o que aprendi com São Josemaria Escrivá, é algo que devo testemunhar para amigos e familiares.



DECÁLOGO DO ADVOGADO

O Direito é a mais universal das aspirações humanas, pois sem ele não há organização social. O advogado é seu primeiro intérprete. Se não considerares a tua como a mais nobre profissão sobre a terra, abandona-a porque não és advogado.

O direito abstrato apenas ganha vida quando praticado. E os momentos mais dramáticos de sua realização ocorrem no aconselhamento às dúvidas, que suscita, ou no litígio dos problemas, que provoca. O advogado é o deflagrador das soluções. Sê conciliador, sem transigência de princípios, e batalhador, sem tréguas, nem leviandade. Qualquer questão encerra-se apenas quando transitada em julgado e, até que isto ocorra, o constituinte espera de seu procurador dedicação sem limites e fronteiras.

Nenhum país é livre sem advogados livres. Considera tua liberdade de opinião e a independência de julgamento os maiores valores do exercício profissional, para que não te submetas à força dos poderosos e do poder ou desprezes os fracos e insuficientes. O advogado deve ter o espírito do legendário El Cid, capaz de humilhar reis e dar de beber a leprosos.

Sem o Poder Judiciário não há Justiça. Respeita teus julgadores como desejas que teus julgadores te res-

peitem. Só assim, em ambiente nobre a altaneiro, as disputas judiciais revelam, em seu instante conflitual, a grandeza do Direito.

Considera sempre teu colega adversário imbuído dos mesmos ideais de que te revestem. E trata-o com a dignidade que a profissão que exerces merece ser tratada.

O advogado não recebe salários, mas honorários, pois que os primeiros causídicos, que viveram exclusivamente da profissão, eram de tal forma considerados, que o pagamento de seus serviços representava honra admirável. Sê justo na determinação do valor de teus serviços, justiça que poderá levar-te a nada pedires, se legítima a causa e sem recursos o lesado. É, todavia, teu direito receberes a justa paga por teu trabalho.

Quando os governos violentam o Direito, não tenhas receio de denunciá-los, mesmo que perseguições decorram de tua postura e os pusilânimes te critiquem pela acusação. A história da humanidade lembra-se apenas dos corajosos que não tiveram medo de enfrentar os mais fortes, se justa a causa, esquecendo ou estigmatizando os covardes e os carreiristas.

Não percas a esperança quando o arbítrio prevalece. Sua vitória é temporária. Enquanto, fores advogado e lutares para recompor o Direito e a Justiça, cum-

pirás teu papel e a posteridade será grata à legião de pequenos e grandes heróis, que não cederam às tentações do desânimo.

O ideal da Justiça é a própria razão de ser do Direito. Não há direito formal sem Justiça, mas apenas corrupção do Direito. Há direitos fundamentais inatos ao ser humano que não podem ser desrespeitados sem que sofra toda a sociedade. Que o ideal de Justiça seja a bússola permanente de tua ação, advogado. Por isto estuda sempre, todos os dias, a fim de que possas distinguir o que é justo do que apenas aparenta ser justo.

Tua paixão pela advocacia deve ser tanta que nunca admitas deixar de advogar. E se o fizeres, temporariamente, continua a aspirar o retorno à profissão. Só assim poderás, dizer, à hora da morte: “Cumprí minha tarefa na vida. Restei fiel à minha vocação. Fui advogado”.

DECÁLOGO DO NÃO

Não reclamar.

Não falar mal dos outros.

Não falar bem de si mesmo.

Não perder a calma.

Não se apegar às coisas.

Não mentir.

Não perder tempo com coisas inúteis.

Não desistir perante as dificuldades.

Não se importar com críticas, senão para melhorar.

Não fazer nada de que se possa envergonhar.

Ives.

SP., 29/08/2020.

DECÁLOGO DA CONVIVÊNCIA

- Buscar a paz interior.
- Viver o espírito de serviço.
- Fazer tudo com alegria.
- Agir com paciência.
- Manter serenidade nas conversas.
- Procurar não julgar intenções.
- Mostrar afabilidade com as pessoas.
- Passar segurança no que faz.
- Ter coragem de enfrentar o erro, preservando o errado.
- Ser humilde.

Ives
SP., 09/05/2021.

DECÁLOGO DO TRABALHO ORDINÁRIO

- Fazer, com rapidez, o que se pede e com o máximo de pontualidade.
- Começar sempre pelo mais difícil.
- Não se aborrecer com os defeitos dos outros.
- Aborrecer-se com os próprios defeitos.
- Não ficar infeliz com a felicidade dos outros.
- Cuidar apenas do que lhe diz respeito.
- Não perder tempo com ressentimentos, suposições ou imaginações.
- Não esperar que os outros ajam rigorosamente como gostaria que agissem.
- Ver sempre o lado positivo das coisas.
- Pouco se importar com a opinião alheia, a não ser que objetive auxiliar a quem se dirige.

Ives
SP., 01/02/2011.

Registro Iconográfico



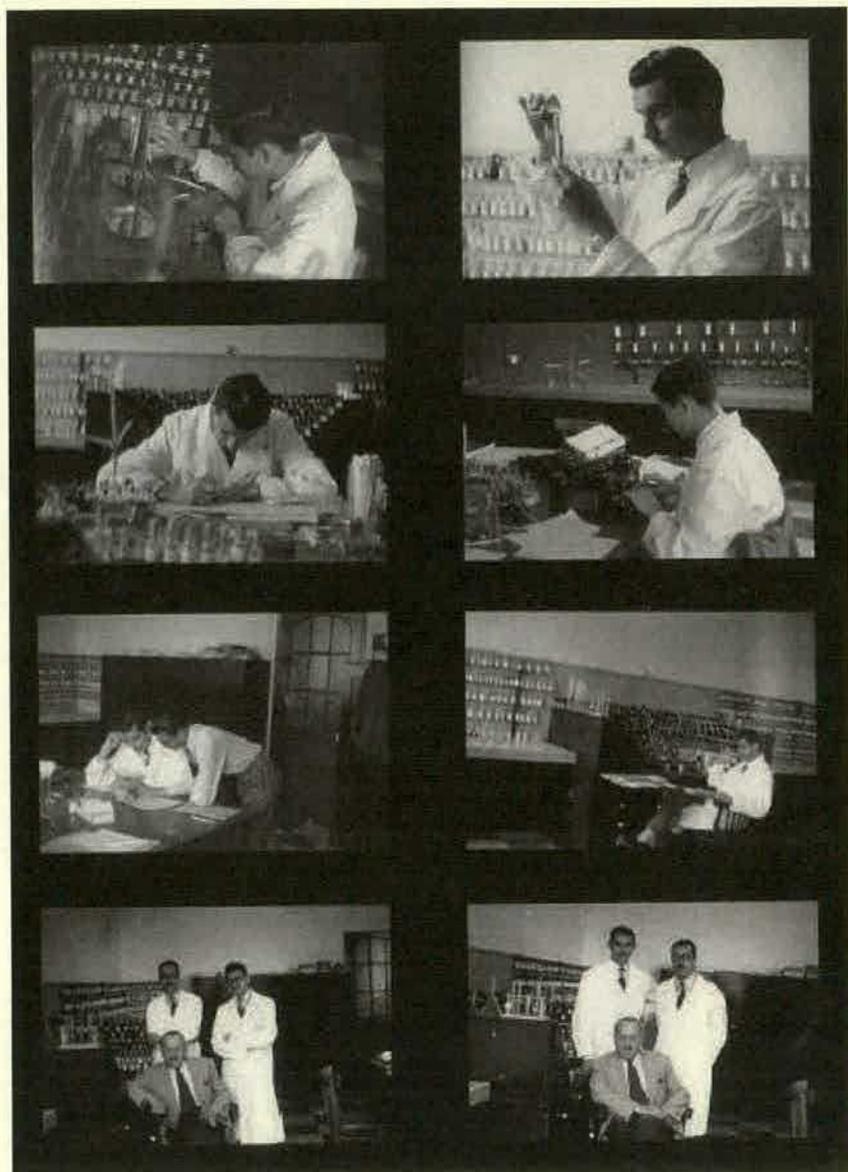
Ives menino.



Ives praticando karatê.



Ives praticando karatê.



Ives no curso de perfumaria em Grasse (França).



Ives com Jean Marais e Jean Cocteau;
com Laura Hidalgo e com Gary Cooper.



Ives e Ruth em 1954.



... 31 de julho de 1958, Igreja Sta. Cecília - São Paulo. Com o aval do Patriarca José Martins, foi dada a grande largada para 18.263 dias de feliz convivência matrimonial... Parabéns aos maratonistas

RUTH E IVES

S.Paulo 31/07/2008

Casamento de Ives e Ruth



Ives com a esposa Ruth e os pais
na sua defesa de tese de doutoramento.



Ives e família com Monsenhor Fernando Ocariz, prelado da Opus Dei.



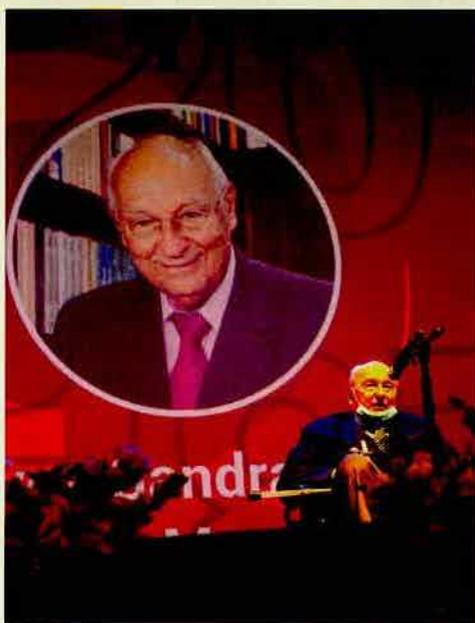
Ives com a família e com Ruth na comemoração dos sessenta anos de casados.



Ives e Ruth na comemoração dos 40 anos do Ceu.



Ives e a filha Ângela em aula na Universidade Mackenzie.



Ives homenageado como Professor Titular Emérito da Universidade Mackenzie, na comemoração dos 150 anos da sua fundação.



Ives com Ruth no recebimento da
Condecoração Orgulho de ser Advogado.

Tomada de posse da Presidência do
Tribunal Superior do Trabalho de seu filho Ives.



Ives com Ruth e o filho.



Ives com Ruth e Yara Lewandowski.



Ives com o ministro Lewandowski.



Ives com os ministros César Peluso e Francisco Rezek.
Outorga do título de Doutor Honoris Causa da
PUC do Rio Grande do Sul



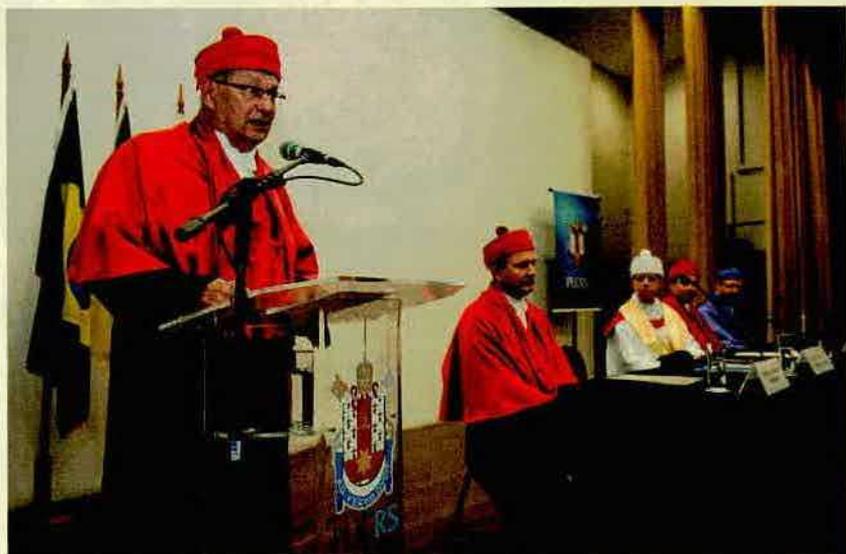
Ives na abertura da cerimônia.



Ives recebe o diploma de Doutor Honoris Causa.



Ives recebe os cumprimentos de Ruth.



Ives discursando.



Ives na cerimônia de recebimento do diploma de doutor Honoris Causa pela PUC-PR.



Ives com o Papa Bento XVI.



Ives entregando exemplar autografado de um de seus livros
ao Cardeal Patriarca Ortodoxo da Romênia.



Ives discursando ao receber diploma de doutor
Honoris Causa pela Universidade de Craiova - Romênia.



Ives com o Presidente da Romênia.



Ives com o Presidente da Romênia e os irmãos João Carlos e José Eduardo.



Ives no Castelo de Guimarães, onde proferiu palestra, representando as Comunidades Portuguesas pelo mundo. Presentes na ocasião 32 países.



1º Encontro da União das Comunidades Portuguesas. Ives, conselheiro eleito em 1964 para a América Latina pela Sociedade de Geografia de Lisboa, é o penúltimo à direita na 1ª fila e Gilberto Freire é o último à direita na 3ª fila.



Ives com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.



Ives com o ex-presidente Michel Temer.



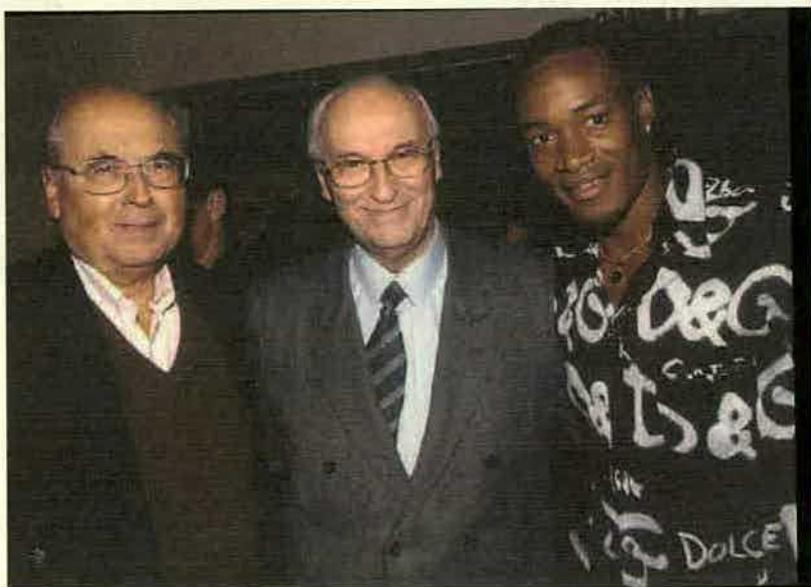
Ives com os doutores Aristóteles e Wilson no lançamento do livro *A Era das Contradições*.



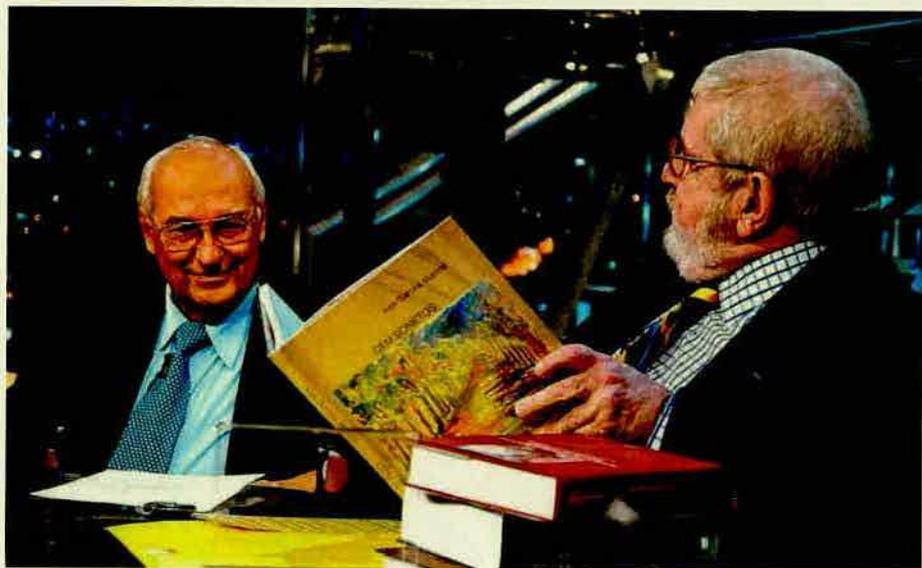
Ives e os confrades Ana Maria Martins e José Fernando Mafra da Academia Paulista de Letras.



Ives com os irmãos João Carlos, José Eduardo e José Paulo.



Ives, Pres. do Conselho Consultivo do São Paulo FC, com o diretor Marcelo e o zagueiro Fabão na comemoração do título de Campeão Mundial em 2005.



Ives com Jô Soares.





REMINISCÊNCIAS DE UM CIDADÃO COMUM,
de Ives Gandra da Silva Martins.
Produção editorial de GIORDANUS
para o selo *Pax & Spes*.
Tiragem fora do comércio.
Verão de 2022.
São Paulo.

*V*enho, há algum tempo, sendo procurado por escritores especializados em biografias, que desejam escrever a minha.

Tenho-me negado, pois entendo que apenas aqueles nomes que fazem história, merecem biografias, que não é o meu caso.

Publico, entretanto, estas reminiscências, em edição particular, para familiares, amigos e alunos, com um único intuito de lembrar-lhes que vivi o que procurei ensinar, nestes mais de 60 anos de magistério, desde os tempos dos vestibulares, ainda estudante.

É que, embora não seja exemplo de nada, lutar a vida inteira para ser um cidadão não inútil, vale a pena e que não desistir, mesmo quando tudo sinaliza na direção contrária, é que dá sentido à existência.

Exclusivamente, portanto, para familiares, amigos e alunos, foram escritas estas reminiscências.



Pax & Spes